

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ PUC-SP

Os reflexos da Segunda Guerra Mundial na sociedade contemporânea: uma análise social da obra “O que resta de Auschwitz”, de Giorgio Agamben

Keilla Ellen Borges

São Paulo
2015
SUMÁRIO

1. Introdução.....	04
Capítulo 1. As Causas da Segunda Guerra Mundial.....	07
Capítulo 2. A derrota na Primeira Guerra Mundial.....	15
Capítulo 3. O Armistício.....	18
Capítulo 4. A paz humilhante de Versalhes.....	23
Capítulo 5. Segunda Guerra Mundial: O Nazismo.....	30
Capítulo 6. O Fim da Segunda Guerra Mundial.....	39
Capítulo 7. “O que resta de Auschwitz”: a contribuição de Giorgio Agamben	43
Capítulo 8. Uma Crítica à sociedade contemporânea.....	47
9. Considerações Finais.....	51
Referências Bibliográficas.....	58

1. Introdução

Os números de mortes ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial é assustador: oito vezes maior que o balanço final da Primeira Guerra Mundial. Segundo Alexander Werth (1966, pag. 157) este número chega ao montante de *“80 milhões de pessoas, se se contar também as que morreram por fome e doença, como resultado direto da guerra”*, ou seja, aproximadamente, 4% da população mundial da época foi dizimada pela Segunda Guerra Mundial, num curto espaço de 5 (cinco) anos.

A União Soviética surge com a Revolução de Outubro de 1917 com a proposta de implantar uma política socialista mundial, porém, esta revolução, adiada pela Segunda Guerra Mundial, foi “paga”, parafraseando Osvaldo Coggiola (1995, pag. 37) *“pela humanidade trabalhadora com um preço inédito em vidas humanas, especialmente forte nos países que estiveram no centro desse adiamento: 20 milhões de mortos na União Soviética, 13 milhões na Alemanha”*.

O extermínio humano incluía a não aceitação de judeus, ciganos, homossexuais, deficientes mentais, dentre outros. Aliás, era o racismo, ao lado da barbárie, uma das características mais marcantes do nazismo ou “hitlerismo”, como afirmam alguns autores.

Os números não expressam a brutalidade das mortes, mas a quantidade dos massacres que envolveram a morte em massa da população civil, todas elas desnecessárias do ponto de vista militar, conforme entendimento de Osvaldo Coggiola (1995, pag. 38):

Embora os números não expressem a “qualidade” das mortes, eles refletem a quantidade dos massacres absurdos de população civil, desnecessários do ponto de vista militar, levados adiante por todos os protagonistas principais da guerra, mas especialmente pelos “democratas” aliados, como o inútil bombardeio e destruição da cidade alemã de Dresden (quando a capitulação da Alemanha já era questão de horas), ou as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, com suas centenas de milhares de mortos civis e seus defeitos ainda sensíveis décadas depois, isto em condições em que, segundo a insuspeita opinião de Winston Churchill, *“seria um erro supor que o destino do Japão foi decidido pela bomba atômica. A derrota do Celeste Império já estava assegurada antes de ser lançada a primeira bomba”*.

Nota-se que, muitos dos ataques ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial e que exterminaram populações inteiras, inclusive, deixando seus reflexos para muito além dos ataques em si, foram totalmente excessivos e desproporcionais, mesmo sob o ponto de vista militar, já que não justificavam uma luta recíproca, que culminasse da vitória daquele que vencesse a ofensiva, mas em ataques covardes e gratuitos contra a população civil.

Além dos ataques, também foram cometidas outras brutalidades contra o gênero humano, como as experiências científicas às quais indivíduos pertencentes à categoria contra a qual se praticava o racismo e a barbárie (judeus, ciganos, homossexuais, deficientes mentais, dentre outros) eram submetidos.

Pois bem. A Segunda Guerra Mundial acabou, mas muitas das atrocidades cometidas naquela época ainda hoje se mostram presentes entre nós e são, da mesma maneira, praticadas pelo próprio homem. Nesse sentido, são as palavras de Vilém Flusser (pag. 23):

A nossa cultura deixou cair sua máscara mistificadora em Auschwitz, e mostrou seu verdadeiro rosto. Rosto de monstro objetivador do homem. A nossa cultura mostrou que deve ser rejeitada *in toto*, se admitirmos que o propósito de toda cultura é permitir a convivência de homens que se reconhecem mutuamente enquanto sujeitos.

Hoje, o que se tem da Segunda Guerra Mundial e a mensagem que os historiadores tentam preservar, é a de que atrocidades como aquelas praticadas nos campos de concentração do período nazista não devem, em hipótese alguma, se repetir, ou seja, o holocausto é um exemplo a não ser seguido.

Contudo, essa “mensagem de paz” vem sendo seguida? Algum tempo se passou desde a Segunda Guerra Mundial, mas seus reflexos ainda hoje se mostram presentes no comportamento comum dos indivíduos nas suas relações do cotidiano. Comportamentos esses que se traduzem na discriminação, na ausência de tolerância com as diferenças inerentes aos seres humanos, no anseio de vingança para aqueles dos quais recebemos dissabores e assim por diante.

É nesse contexto que a análise da Segunda Guerra Mundial sob o ponto de vista atual preconizado pelos historiadores, qual seja, o de que aquela atrocidade foi singular, um exemplo a não ser seguido ou uma realidade distante, se faz

necessária para compreendermos o quão análogas são situações que se verificam atualmente na sociedade, consubstanciadas na banalidade da vida - pautada no preconceito, egoísmo, nas relações permeadas pela vingança, nos castigos exemplares e na própria “revitimização” do indivíduo socialmente excluído - com a qual nos deparamos a cada dia com mais voracidade.

Neste cenário a obra “O que resta de Auschwitz”, de Giorgio Agamben se mostra de suma relevância para este estudo, já que o autor ao abordar os testemunhos dos sobreviventes dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, ou do holocausto, nos proporciona uma reflexão sobre essas pessoas, acerca da compreensão de quem são esses sobreviventes, que características eles possuem enquanto pessoas que resistiram à barbárie fomentada pelo nazismo.

Para tanto será necessário realizar uma breve análise da Guerra, como suas causas, suas ideologias, a forma como ela se desenvolveu e o seu fim para, então, a partir da obra de Giorgio Agamben, analisarmos seus reflexos na sociedade contemporânea.

1. As Causas da Segunda Guerra Mundial

Para explicar as causas da Segunda Guerra Mundial não basta fazer menção aos objetivos estratégicos nacionais dos países ou blocos envolvidos¹, até porque do ponto de vista dos interesses estratégicos - e, nesse sentido, a própria causa da Segunda Guerra Mundial - seria simples de definir, em poucas palavras, como a rivalidade entre os impérios coloniais mais antigos e ricos (a Grã-Bretanha e a França) e os países imperialista atrasados naquele momento da história (Alemanha e Itália).

Segundo A.J.P Taylor (1979, p. 123):

Uma explicação econômica diferente era popular antes de 1939. A Alemanha e a Itália, segundo se dizia então, eram potências pobres, com acesso inadequado aos mercados externos ou às fontes de matérias-primas. O governo Britânico estava sendo insistentemente solicitado pela oposição trabalhista a reparar as injustiças econômicas ao invés de participar da corrida armamentista. Talvez a Alemanha e a Itália fossem países do grupo que “não tem”. Mas o que desejavam ter? A Itália conquistara a Albânia, e longe de ter lucro com isso, verificou ser a sua pacificação e desenvolvimento um ônus quase intolerável para seus limitados recursos. Embora alguns italianos ali se instalassem, esse trabalho de colonização foi feito por questão de prestígio, e teria sido mais barato e mais lucrativo mantê-los na pátria. Imediatamente antes do início da guerra, Mussolini repetidamente exigiu a Córsega, Nice e Savóia. Nenhuma delas, com a possível exceção de Nice, oferecia qualquer vantagem econômica, e mesmo esta última não podia ajudar a resolver o problema real da Itália, que era o de um país pobre com uma população densa.

No entanto, o estudo das causas da Segunda Guerra Mundial remonta a muito mais que isso e, portanto, não é tão simples assim. Além das mentiras ideológicas, como, por exemplo, a de que ela foi uma guerra da democracia versus o fascismo, as causas da Segunda Guerra se referem, essencialmente, à situação em que ficou a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, em especial, após a

¹ Saliente-se que o racismo, como uma das mais fortes expressões da Segunda Guerra Mundial, não foi patrimônio exclusivo dos nazistas, conforme Osvaldo Coggiola (1995, pag. 38): “*assim como as experiências científicas do Dr. Mengele em Auschwitz (ou de seu equivalente japonês, a Unidade 731 do norte da China). Os Estados Unidos acabam de reconhecer oficialmente ter submetido a provas nucleares a mais de 600 pessoas no seu próprio território durante a Segunda Guerra Mundial, incluindo 18 norte-americanos que morreram depois de ter recebido injeções de plutônio! O racismo e a barbárie foram multidirecionais*”.

assinatura do Tratado de “Paz” de Versalhes; e é aí que reside, talvez, a sua principal causa.

Após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha passou por uma grande crise. Além da derrota, os alemães tiveram que pagar a dívida de guerra aos ingleses e franceses e a crise de 1929 prejudicou ainda mais a situação, levando milhares de alemães ao desemprego e ao desespero. Esses fatores contribuíram para fortalecer os movimentos radicais, sobretudo o nazismo.

O Tratado de Versalhes responsabilizou a Alemanha pela Primeira Guerra, proibiu o país de fabricar armas, tanques e aviões; obrigou a devolução de territórios conquistados e a redução do exército alemão, exigiu o pagamento de uma indenização aos países vitoriosos, pelos danos de guerra, dentre outras medidas. Essas imposições criaram na Alemanha um clima de revolta e revanchismo por parte da população que estava se sentindo humilhada.

O sentimento de vingança crescia cada vez mais entre os alemães. Nesse cenário mundial, surge Hitler com a proposta de um partido nacional que promete, dentre outras coisas, devolver à população alemã sua dignidade, subtraída desde o final da Primeira Guerra Mundial pela assinatura do Tratado de Versalhes, em 28 de junho de 1919.

O partido nazista prometia recuperar o orgulho alemão e, assim, tocava na autoestima do povo oprimido pelo Tratado de Versalhes, de modo a fazê-los acreditar que eram uma raça superior às demais.

Segundo Tullo Vigevani (1995, p.28):

Quando, a partir de 1937, a política econômica do governo Hitler apresenta resultados concretos, que beneficiam os alemães, quando, a partir de 1938, sua política exterior dura, mas dentro de uma lógica nacionalista, demonstra-se capaz de conquistas sentidas como próprias por todos os alemães, sua força aumenta, permitindo, deste modo, que o maior autoritarismo, o gradual aniquilamento das liberdades e o gradual aumento da agressividade externa surgissem quase como consequência natural da política até então desenvolvida, que produzira resultados amplamente satisfatórios.

Vislumbra-se, assim, que o partido nacional foi adquirindo adeptos e conquistando ascensão aos poucos, pela política desenvolvida por Hitler, no

entanto, vale antes entender de que forma e qual era o contexto histórico, ainda que em apertada síntese, sob o qual se estruturou a Segunda Guerra Mundial.

Segundo Osvaldo Coggiola (1995, p. 40):

No período prévio à guerra, a ambiguidade com relação às tentativas alemãs de revisar a Paz de Versalhes e, em geral, com relação a toda política do eixo nazifascista, tinha sido muito mais marcante da parte das potências “democráticas” da Europa. A política dita de “apaziguamento” remonta à tolerância com a invasão japonesa da Manchúria em 1931, passa por atitude semelhante com a invasão italiana da Etiópia em 1935, atinge a vergonha com a política de “não intervenção” na guerra civil espanhola de 1936-1939 (quando a ajuda nazifascista ao campo franquista foi fundamental para o desfecho do conflito), e tem seu ponto culminante com a Conferência de Munique de 1938 (Alemanha, Itália, Grã-Bretanha, França) e sua consequência imediata, o desmembramento da Tchecoslováquia pela Alemanha nazista (invasão dos Sudetos).

Nota-se que, após a assinatura do Tratado de Paz de Versalhes, a Alemanha enquanto tentava revisar a política de todo o eixo nazifascista, consolidada no tratado, admitiu a invasão japonesa na Manchúria (1931) e a invasão italiana na Etiópia (1935), e, ainda, não interviu na guerra civil espanhola (1936-1939), deixando sua ajuda para o desfecho do conflito, de modo que, assim, o Terceiro Reich foi conseguindo cada vez mais adeptos do que seria, mais tarde, o nazismo alemão.

A verdadeira intenção do Terceiro Reich e, conseqüentemente, a verdadeira causa da Segunda Guerra Mundial, começa a apresentar aí seus primeiros indícios. A Alemanha tenta revisar o tratado de paz de Versalhes, ao passo que guerras imperialistas vão ocorrendo durante todo o período entre 1919 e 1939 - curiosamente o período do Terceiro Reich ou o período reconhecido como período do “entre guerras” - porém, não se sabe se esta relação entre intenções e interesses versus causas, hoje realizada pelos historiadores, foi feita àquela época pelos governos, que, segundo Osvaldo Coggiola (1995, p.41) estavam acometidos por uma espécie de cegueira:

Esta é a política comumente analisada hoje como produto da “cegueira” dos governos democráticos acerca das verdadeiras intenções do Terceiro Reich. Sua raiz, porém, está na própria natureza do conflito mundial que se avizinhava.

O que se pretende aqui dizer é que, na verdade, a Segunda Guerra Mundial foi uma continuidade da Primeira Guerra e uma revanche ao sentimento de vingança que reinava nos corações do povo alemão desde a assinatura do Tratado de Paz de Versalhes, de acordo com o qual a Alemanha não só reconhecia que havia sido vencida, como também se obrigava a devolver territórios à França².

Nesse sentido, Osvaldo Coggiola assim dispõe (1995, p. 41):

A Segunda Guerra Mundial constitui a continuidade tanto da Primeira Guerra quanto da tentativa dos imperialismos coligados de destruir a revolução dos países europeus, destruindo militarmente a Revolução Russa pela intervenção armada através da guerra civil.

Por outro lado, vale lembrar que enquanto perduravam as negociações de revisar o tratado de Versalhes, Hitler também se beneficiava, indiretamente, da existência da União Soviética e de sua ideologia comunista que ameaçava os governos, eclodindo em diversas revoluções.

Ressalte-se que em 1917, a Rússia comandada pelo socialista Lênin, derrubou o governo do Czar Nicolau II e instaurou uma nova forma de governo “democrático”: o comunismo. Dessa forma, os países que baseavam suas economias no capitalismo e na exploração do trabalhador se viram fortemente ameaçados.

Nesse contexto, uma onda de movimentos antidemocráticos surge no cenário mundial com o intuito de conter o crescimento do comunismo, desenhando-se, assim, o ambiente perfeito para a consolidação do Partido Nacional Socialista na Alemanha. Nesse mesmo período na Itália predominava o fascismo; em Portugal, o salazarismo; na Espanha, o franquismo; e na Alemanha, surge o nazismo.

Cabe aqui destacar as palavras de Tullo Vigevani (1995, p.28):

O nacional-socialismo, ainda que autoritário, não impôs imediatamente a ditadura: até 1937 houve respeito relativo pelas leis, a justiça funcionava com razoável autonomia e, para os judeus, o anti-semitismo se traduzia num *apartheid* nem sempre radical. Portanto, durante cinco anos o nazismo teve a possibilidade de

²Frise-se que este assunto será, oportunamente, abordado nos capítulos que versam sobre a Primeira Guerra Mundial e o Tratado de Paz de Versalhes.

consolidar-se e ganhar adesões. Para os outros povos europeus, o rufar dos tambores era escutado, mas não como ameaça visível.

A Segunda Guerra foi ao mesmo tempo um conflito imperialista interno, pois visava acabar com as contradições nacionais, formando um grande império germânico (alemão) e, também, um conflito contrarrevolucionário, já que visava liquidar as contradições de classes, propagadas em larga escala pela União Soviética e suas ideias sobre o socialismo e o comunismo.

O que de fato ocorreu foi que os Estados “democratas” ocidentais não se importaram em servir ao nazismo, sem o menor preconceito ideológico, diga-se de passagem, para afastar a ameaça comunista da União Soviética.

Nesse sentido, afirma Osvaldo Coggiola (1995, p. 41):

Não afirmamos que os “democratas” ocidentais tenham se caracterizado pela lucidez com relação ao nazismo. Dizemos, porém, que estavam dispostos a dele servir, sem o menor preconceito ideológico, contra a União Soviética (isto é, contra as bases econômicas e sociais remanescentes do Estado Operário) e contra o movimento operário do Leste e do Oeste. Quanto à “lucidez”, basta dizer que, ainda em 1940, o presidente norte-americano Roosevelt esperava que *“a Alemanha atacaria o hemisfério ocidental, provavelmente primeiro na América Latina”*, enquanto já em 1931, isto é, antes da tomada do poder de Hitler, Trotsky havia predito que se o nazismo assumisse o poder desencadearia uma guerra contra a União Soviética.

Nesse período da história, década de 30, Alemanha, Itália e Japão firmaram uma aliança com o intuito de conter a expansão mundial do comunismo. O próprio nome da aliança “Pacto Anti-Komintern” trazia, de forma clara e objetiva, esse significado de “pacto contra a expansão mundial do comunismo”.

Além disso, importante esclarecer também a relação da corrida armamentista posterior à crise de 1929 com a guerra já que, segundo muitos historiadores, esta exerceu papel preponderante na eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Isso porque a economia armamentista desenvolvida na década anterior à guerra, e que mais tarde seria intitulada como própria economia de guerra, foi a única saída encontrada pela economia capitalista mundial, após a crise de 1929, para o restabelecimento de seus blocos, ou seja, a situação na qual ficaram os

países capitalistas fez com que o desenvolvimento bélico fosse a solução para a crise.

Nessa mesma relação de causa e efeito, a Segunda Guerra Mundial, em sua faceta contrarrevolucionária, foi a única solução possível para a crise econômica supramencionada. Contudo, analisemos as proposições de Osvaldo Coggiolo (1995, pag. 42):

O fato da Segunda Guerra Mundial ter sido a única saída possível para a crise econômica marca uma diferença importante em relação à Primeira Guerra, na qual a questão principal era a redistribuição do mundo entre as potências imperialistas e não, para todos os protagonistas, a anexação, à máquina capitalista enguiçada, de um motor artificial (a economia armamentista e, posteriormente, a economia de guerra) que será, doravante, uma peça essencial para o funcionamento da economia capitalista mundial

Dessa forma, o capitalismo pode ser considerado culpado pelo desencadear da Segunda Guerra Mundial, até porque embora as potências imperialistas bem sucedidas estivessem pacíficas, o fascismo representava a última fase do capitalismo em declínio, segundo se alegava, e seu impulso somente poderia ser contido pela guerra.

Essa era uma das argumentações da época, no entanto, merece destaque as palavras do ilustre historiador inglês A.J.P. Taylor sobre o assunto (1979, p. 122), segundo o qual tal argumento possuía um elemento de verdade, mas não muito:

O pleno emprego que a Alemanha Nazista foi o primeiro país europeu a possuir dependia em grande parte da produção de armas, mas poderia ter sido conseguido igualmente bem (e em parte foi) por outras formas de obras públicas, de estradas e grandes edifícios. O segredo nazista não foi a produção de armas, mas libertar-se dos princípios econômicos ortodoxos. Os gastos governamentais proporcionaram todos efeitos positivos da inflação moderada, enquanto a ditadura política, destruindo os sindicatos e controlando rigorosamente as operações de câmbio, impedia as consequências negativas, como elevação de salários ou de preços.

Na verdade o argumento de que a guerra era necessária sob o ponto de vista bélico, ou de que o poderio bélico das grandes potências foi uma de suas causas,

apresenta controvérsias no que se refere a países como a Alemanha e a Itália. Nesse sentido explica A.J.P. Taylor (1979, p. 123):

O argumento da guerra não se justifica, mesmo que o sistema nazista dependesse apenas da produção de armas. Pelo contrário, os generais alemães insistiam unanimemente, em 1939, que não estavam equipados para a guerra e que seriam necessários muitos anos antes que o “rearmamento em profundidade” fosse concluído. Portanto não havia necessidade de preocupar-se com o pleno emprego. Na Itália fascista, o argumento econômico também foi sem importância. Não havia um sistema fascista de economia – apenas um país pobre, governado por um misto de terror e prestígio. A Itália estava totalmente despreparada para a guerra, como Mussolini admitiu, permanecendo “não beligerante” em 1939. Quando, finalmente, entrou na luta em 1940, estava em piores condições bélicas, sob todos os aspectos, do que no momento em que entrou na I Guerra Mundial, em 1915. [...] Hitler e Mussolini não foram levados por motivos econômicos. Como a maioria dos estadistas tinha apetite pelo êxito. Diferiam de outros apenas pelo fato de ser o seu apetite maior, e de o satisfazerem por meios menos escrupulosos.

Nota-se, assim, uma característica inerente aos regimes totalitários como fator mais relevante à Segunda Guerra Mundial do que a própria questão bélica. Os estadistas mantinham veneração pela projeção de sua imagem como figura de poder, de êxito e de vitória. E esta projeção, segundo o autor supracitado, deveria ser mantida a qualquer custo, pouco importando se os meios para tal fossem inescrupulosos.

Em resumo, vislumbra-se que as causas da Segunda Guerra Mundial têm sua origem nos tratados de paz que os países aliados da Primeira Guerra Mundial, especificamente Grã-Bretanha e França, impuseram as potências centrais. O Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919, com a Alemanha; o de Saint – Germain-en-Laye, de 19 de setembro de 1919, com a Áustria; o de Trianon, de 2 de junho de 1920, com a Hungria e o de Neuilly, de 27 de novembro de 1919, com a Bulgária.

Além disso, a chegada do Partido Nacional Socialista ao governo da Alemanha, em janeiro de 1933, modifica totalmente a situação europeia, já que culminou na chegada de Hitler à chancelaria, depois de obter uma significativa maioria relativa de votos num processo eleitoral democrático, maioria essa que assustou liberais, socialdemocratas e comunistas nos governos e nas oposições.

Deste modo, para alguns a Segunda Guerra Mundial se motivou na tentativa alemã de restabelecer suas fronteiras de 1914 e se reunificar com a Áustria, fronteiras redesenhadas no tratado de paz de Versalhes, para outros ela se motivou na paixão pela salvação universal; nas ideias relativas a um Estado racial germânico ou ariano, livre, para sempre, dos perigos subversivos e no medo do fim da civilização.

De fato, todas essas ideias eram compartilhadas pelas populações de várias nacionalidades no mundo pós-guerra (Primeira Guerra Mundial), todas elas ligadas por uma fase histórica de forte afirmação de ideologias que buscavam a redenção universal, a identidade e as grandes mudanças para melhor. Entretanto, quaisquer que forem as suas causas efetivas, é certo que a Segunda Guerra Mundial reproduziria e daria continuidade aos horrores da Primeira Guerra (primeiro conflito armado onde grandes massas, milhões de soldados e civis, pagaram com a vida as consequências do conflito), razão pela qual se faz necessário melhor compreender, ainda que de uma maneira breve, a Primeira Guerra Mundial.

2. A derrota na Primeira Guerra Mundial

Para entender com maior clareza a Segunda Guerra Mundial, é importante percorrer os principais aspectos da Primeira Guerra Mundial e a derrota da Alemanha nessa Guerra, até porque, além de ambas as guerras manterem forte relação, essa derrota teve bastante relevância no eclodir da Segunda Guerra Mundial, conforme já mencionado acima.

Inicialmente, ressalte-se que a Primeira Guerra Mundial, também conhecida como “Grande Guerra” ou “Guerra das Guerras” até o início da Segunda Guerra Mundial, foi uma guerra global centrada na Europa, que se iniciou em 28 de julho de 1914 e durou até 11 de novembro de 1918.

O conflito envolveu as grandes potências de todo o mundo que, inicialmente, organizaram-se em duas alianças opostas: os Aliados (com base na Tríplice Entente entre Reino Unido, França e Império Russo) e os Impérios Centrais (originalmente Tríplice Aliança entre Império Alemão, Áustria-Hungria e Itália; porém, como a Áustria-Hungria tinha tomado a ofensiva contra o acordo, a Itália não entrou em guerra).

Estas alianças reorganizaram-se (a Itália acabou lutando pelos Aliados) e expandiram-se em mais nações que entraram na guerra. Em um balanço geral e sucinto, mais de 70 (setenta) milhões de militares, incluindo 60 (sessenta) milhões de europeus foram mobilizados naquela que foi considerada uma das maiores guerras da história. Mais de 9 (nove) milhões de combatentes foram mortos, grande parte em razão de avanços tecnológicos que determinaram um crescimento enorme na letalidade de armas, mas sem melhorias correspondentes em proteção ou mobilidade.

A Primeira Guerra Mundial foi o sexto conflito mais mortal na história da humanidade e que posteriormente abriu caminho para várias mudanças políticas, como revoluções em muitas das nações envolvidas.

Entre as causas da guerra incluem-se as políticas imperialistas estrangeiras das grandes potências da Europa, como o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro, o Império Otomano, o Império Russo, o Império Britânico, a Terceira

República Francesa e a Itália, donde se pode concluir que foi uma guerra de pretensão territorialista.

Em 28 de junho de 1914, o assassinato do arqueduke Francisco Fernando da Áustria, o herdeiro do trono da Áustria-Hungria, pelo nacionalista iugoslavo Gavrilo Princip, em Sarajevo, na Bósnia, foi o gatilho imediato da guerra, o que resultou em um ultimato Habsburgo contra o Reino da Sérvia.

Dessa forma e, em decorrência deste fato, diversas alianças formadas ao longo das décadas anteriores foram invocadas, de tal sorte que dentro de algumas semanas as grandes potências estavam em guerra. Contudo, o conflito logo se espalhou ao redor do mundo, até mesmo através das colônias.

O conflito iniciou-se (em 25 de julho de 1914) com a invasão austro-húngara da Sérvia que foi seguida pela invasão alemã da Bélgica, Luxemburgo e França, e um ataque russo contra a Alemanha.

Depois da marcha alemã em Paris ter levado a um impasse³, a Frente Ocidental estabeleceu-se em uma batalha de atrito estático com uma linha de trincheiras que pouco mudou até 1917. Na Frente Oriental, o exército russo lutou com sucesso contra as forças austro-húngaras, mas foi forçado a recuar da Prússia Oriental e da Polônia pelo exército alemão. Frentes de batalha adicionais abriram-se depois que o Império Otomano entrou na guerra em 1914, Itália e Bulgária em 1915 e a Romênia em 1916.

O Império Russo entrou em colapso em março de 1917 e a Rússia deixou a guerra após a Revolução de Outubro, mais tarde, nesse mesmo ano. Depois de uma ofensiva alemã em 1918 ao longo da Frente Ocidental, os Aliados forçaram o recuo dos exércitos alemães em uma série de ofensivas de sucesso e as forças dos Estados Unidos começaram a entrar nas trincheiras.

³ A Pariser Einzugsmarsch (em português, "entrada parisiense") é uma marcha militar alemã composta por Johann Heinrich Walch. Em 31 de março de 1814, ela foi tocada perante os soberanos das potências da coalizão - imperador Francisco I, czar Alexandre I e rei Frederico Guilherme III - para comemorar a captura de Paris ao final da Guerra da Sexta Coalizão. A marcha tornou-se muito popular no Império Alemão, na República de Weimar e no Terceiro Reich como um símbolo da "inimizade hereditária" franco-alemã.

A Alemanha que teve o seu próprio problema com os revolucionários, neste ponto, concordou com um cessar-fogo em 11 de novembro de 1918, episódio este que ficou, mais tarde, conhecido como Dia do Armistício.

Dessa forma, a guerra terminou com a vitória dos Aliados. As quatro grandes potências imperiais — os impérios Alemão, Russo, Austro-Húngaro e Otomano — deixaram de existir. Os Estados sucessores dos dois primeiros perderam uma grande quantidade de seu território, enquanto os dois últimos foram completamente exterminados. O mapa da Europa central foi redesenhado em vários países menores e a Liga das Nações (organização precursora das Nações Unidas) foi formada na esperança de evitar outro conflito dessa magnitude.

Em resumo, essa reanálise da Primeira Guerra Mundial nos auxilia na compreensão daquilo que foi sua continuidade, a Segunda Guerra Mundial, objeto deste estudo.

Segundo entendimento de Tullo Vigevani (1995, p. 27):

Essa reconstrução é necessária, pois ajuda a entender não apenas o terreno sobre o qual o nazismo floresceu, mas, sobretudo, nos ajuda a compreender porque a lógica do governo de Hitler que levou à guerra não deixava de ser uma lógica nacional, da razão de Estado, que, por isso mesmo, pôde agregar forças que sem serem autoritárias, que até tinham desprezo pelo nazismo, viram nele a capacidade de voltar a dar honra e respeitabilidade à Alemanha.

Assim é que o nacionalismo europeu provocado pela guerra e a separação dos impérios, as repercussões da derrota da Alemanha e os problemas com o Tratado de Versalhes são consenso, entre os historiadores, como fatores que contribuíram para o início da Segunda Guerra Mundial.

3. O Armistício

Em que pese a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, os quatro anos em que o mundo se viu imerso na mais caótica batalha da sua história foi um período no qual, segundo a maior parte da literatura de guerra sobre o assunto, a Alemanha esteve sempre um passo adiante de seus oponentes. Isso porque durante a maior parte do tempo o alto comando germânico esteve no controle da situação, mantendo um ímpeto ofensivo inigualável, de tal sorte que nem o anúncio da entrada dos Estados Unidos nas hostilidades refreou os ânimos dos oficiais alemães.

A Alemanha, com absoluta propriedade, acreditou estar próxima de celebrar o triunfo definitivo contra a aliança de seus férreos antagonistas, pois não foram raras as vezes em que pareceu que Grã-Bretanha, França e Rússia, mesmo unidas, seriam incapazes de vencer aquela máquina de guerra, denominada exército alemão.

De fato, o estarrecedor colosso militar alemão era amedrontador aos exércitos inimigos, porém, ele não foi suficiente para determinar a vitória contra a resiliência dos aliados que, ao final, gozaram da vitória.

No último dia 11 de novembro daqueles quatro anos, em 1918, enfim consolidou-se a arrebatadora virada aliada verificada nos últimos meses no teatro de operações da Grande Guerra, com a assinatura do armistício entre as delegações beligerantes.

O armistício⁴ marca o fim das hostilidades que perduraram pouco mais de 4 (quatro) anos e três meses de conflitos, período em que quase 10 (dez) milhões de vidas foram perdidas na carnificina mundial, mais de 20 (vinte) milhões de militares

⁴ Por armistício entende-se a ocasião na qual as partes envolvidas num conflito armado concordam com o fim definitivo da guerra. É o instante anterior ao tratado de paz. A palavra deriva do latim: *arma* (arma) e *stitium* (parar). Um cessar-fogo refere-se ao fim temporário de combates entre as partes geralmente em um período limitado de tempo em determinado território. Geralmente o cessar-fogo é necessário para a negociação de um *armistício*. O armistício é um *modus vivendi*, diferente de um acordo de paz, que pode levar meses ou anos para ser assinado. O armistício da Guerra da Coreia de 1953 é um exemplo cujo tratado de paz ainda não foi assinado. O Conselho de Segurança das Nações Unidas geralmente tenta impor o cessar-fogo, sendo os armistícios negociados posteriormente entre as partes conflitantes, sem a imposição de termos pelas Nações Unidas.

foram feridos e, aproximadamente, mais de 249 bilhões de dólares foram gastos. Exaurida, a Alemanha não teve outra opção senão capitular.

Contudo, entendamos de que forma ocorreu o armistício.

Inicialmente, não se pode olvidar que a falsa esperança de vitória da Alemanha encontrava respaldo no fato sólido de sua derrota, no início de 1918, parecer algo irrealizável. Basta lembrar que a retirada da Rússia dos combates possibilitou ao comandante Erich Ludendorff deslocar tropas da frente Oriental para a Ocidental e planejar com perícia a irresistível ofensiva que levaria a Alemanha à vitória, antes mesmo da chegada dos americanos, ocasião em que Paris jamais havia sido um objetivo tão real.

Contudo, as três principais ofensivas alemãs do primeiro semestre⁵ repetiram um padrão que trazia prenúncios sombrios para Ludendorff: inícios arrasadores - como no episódio da virtual destruição do Quinto Exército britânico em apenas três dias na ofensiva Michael - eram seguidos pela falta de *punch* no momento de conquistar os objetivos da operação. Nas três vezes, os alemães foram repelidos e encerraram, frustrados, as ofensivas. Era notório que a exaustão chegava à Alemanha como reflexo de uma longa guerra (três anos e meio de batalhas).

Passados três anos e meio de batalhas, com o início da exaustão de todos os beligerantes envolvidos, o enfraquecimento da Alemanha se tornava visível diante da retaguarda e apoio material americano à França e Grã-Bretanha mais ainda porque as duas potências aliadas europeias também sabiam que suas perdas humanas, em que pese terríveis, seriam supridas com a chegada de milhões de soldados dos Estados Unidos, já em plena travessia do Atlântico.

Os germânicos, portanto, tinham pressa, mas já não podiam vencer seu próprio esgotamento, quanto mais competir com um novo e robusto oponente (E.U.A). As duas últimas ofensivas tudescas, Gneisenau e Marne-Reims, em junho e julho, foram uma pálida lembrança do poderio do orgulhoso e brioso exército de Berlim. Além disso, algumas atitudes praticadas pelo exército alemão, tais como boêmias, deserções e saques disseminados indicavam que a balança começava a pender para o lado da derrota.

⁵ Michael, Georgette e Blücher-Yorck.

Dessa forma é que o supremo comando aliado, diante dos inequívocos indícios de fadiga da Alemanha, sob a firme liderança do marechal francês Ferdinand Foch, preparou uma série de contraofensivas. Cada uma delas teve objetivos claros, limitados e específicos, visando recuperar territórios conquistados pela Alemanha nos primeiros meses desde 1918. Levadas a cabo entre julho e setembro, foram executadas com maestria, sempre com rigor estratégico, exemplar disciplina e superioridade numérica, e impuseram aos tudesco não apenas derrotas militares como também uma pressão insuportável. No Marne, em Amiens, em Bapaume, em Saint Mihiel – no qual o recém-ativado Primeiro Exército dos Estados Unidos entrou em ação – ou em Argonne, a demonstração de superioridade dos aliados era incontestável, vencendo focos de resistências de setores ainda valentes do exército germânico.

A Alemanha se deu conta, enfim, de que o colapso avizinhava-se no final de setembro de 1918 com uma série de acontecimentos, tais como o rompimento da Linha Hindenburg⁶ entre Cambrai e Saint Quentin e a derrota na Quarta Batalha de Ypres que ameaçou as posições germânicas na costa da Bélgica. Além das novas ofensivas aliadas que ocorreram em outubro e da situação política interna da Alemanha, um tanto quanto explosiva, que colocaram aquele país definitivamente contra a parede. Diante desses irreversíveis fatos é que a nação alemã, ferida, começou a negociar um armistício.

Se, por um lado a Alemanha ciente de sua provável derrota negociava um armistício, por outro, e ao mesmo tempo, longe da Frente Ocidental, seus aliados começavam a desmoronar, firmando de maneira isolada acordos com as grandes potências ocidentais.

A Bulgária foi a primeira a deixar a Alemanha, firmando acordo em 29 de setembro, da mesma forma que a Turquia⁷ abandonou o conflito em 30 de outubro de 1918. Frise-se que o império Austro-Húngaro, que também sofria com a fome, as agitações políticas e com as insurreições nacionalistas, deixou a guerra em 03 de novembro do mesmo ano.

⁶ Sistema de fortificações alemãs na França.

⁷ A Turquia há muito se mostrava incapaz de suportar o consumo voraz de recursos exigidos pela guerra, em virtude de sua longa duração, já que, com mais de 1,5 milhões de baixas, seu exército passara a um sexto da força inicial.

Pois bem. Iniciadas em 04 de outubro de 1918 as tratativas de acordo entre a Alemanha e os Aliados pelo armistício, foram traçados quatorze pontos pelo presidente Wilson, dos Estados Unidos da América.

Em síntese, o documento que o presidente americano apresentara ao Congresso onde foram traçados os quatorze pontos, caracterizava-se como base para uma paz duradoura e elencava elementos como o princípio da autodeterminação nacional, a restauração do estado belga, o restabelecimento de todo o território francês, o fim dos impérios Austro-Húngaro e Otomano, a abertura de negociações diplomáticas, o fim das barreiras econômicas e garantias recíprocas de independência política e territorial para todos os estados, dentre outros.

Obviamente, o restabelecimento de todo o território francês, o fim dos impérios Austro-Húngaro e Otomano, a abertura de negociações diplomáticas e o fim das barreiras econômicas e garantias recíprocas de independência política e territorial para todos os estados, eram especialmente caros aos alemães.

A França e a Grã-Bretanha não subscreviam todos os pontos do pacto, Londres era radicalmente contra ao fim dos bloqueios, enquanto Paris, sedenta de vingança, desejava impor punições radicais ao inimigo vencido e exigir dele reparações pesadas.

Dessa forma, Wilson aceitou as objeções dos aliados, mas ameaçou, ao mesmo tempo, uma paz separada com os alemães, caso os parceiros ocidentais fizessem novas contestações. Sob essa condição os primeiros-ministros Davis Lloyd George e George Clemenceau não se opuseram mais, mesmo alguns deles estando descontentes com os termos, e a minuta, oficialmente cancelada pelo Supremo Conselho de Guerra, foi enviada à Alemanha em 5 de novembro.

O presidente Wilson exigiu a abdicação do Kaiser Guilherme II como condição para que o armistício fosse assinado, condição essa que, embora tenha causado desconforto no governo alemão, foi resolvida pelo chanceler germânico, príncipe Max Von Baden, que anunciou em público a abdicação do Kaiser⁸, em 9 de novembro, mesmo sem o seu consentimento com o fato.

⁸ De fato, o Kaiser Guilherme II apenas proclamou oficialmente a sua abdicação no dia 28 de novembro de 1918.

Derrotada, a Alemanha se comprometeu a termos bastante severos de um acordo, especialmente no que diz respeito a seu desarmamento como forma de prevenir novas hostilidades, mas não havia margem de negociação para a delegação germânica, que também concordaram em recolher em um prazo de duas semanas todos os seus soldados espalhados pela Europa Ocidental e recuar suas tropas dentro da Alemanha a até 40 quilômetros a leste do Rio Reno.

Foram estipuladas outras resoluções de efeito imediato aos alemães, tais como a evacuação dos territórios ocupados na Europa Oriental, estipulação essa que anulava o teor de acordos outrora assinados, neste caso específico, os acordos assinados com Rússia (Brest-Litovsky) e Romênia (Bucareste), bem como o fim dos combates na África Oriental.

Além disso, todo o material militar tedesco foi entregue aos aliados (cerca de 5.000 peças de artilharia, 30.000 metralhadoras, 2.000 aviões, 5.000 locomotivas, 150.000 vagões, 5.000 caminhões e a totalidade de sua frota de submarinos⁹), a frota naval e aérea que ainda restava à Alemanha foi reunida e imobilizada, depois entregue também aos aliados e, obviamente, a Alemanha ainda ficou obrigada a libertar todos os prisioneiros de guerra, materializando-se, assim, a derrota total dos alemães.

Em resumo, segundo afirmam os historiadores, o armistício foi assinado após três horas de tratativas, entretanto, oficialmente, entrou em vigor às 11hs do dia 11 de novembro de 1918 ou, conforme expressão comumente difundida, na décima primeira hora, do décimo primeiro mês de 1918; após 1.567 longos dias de batalhas.

Apesar da incredulidade sobre a notícia - que ainda na manhã do dia 11 de novembro não provocava júbilo aos ingleses, por exemplo, os quais, apenas diziam que “a guerra havia acabado” - o armistício foi recebido de forma acalorada pelos exércitos e populações de todos os países envolvidos nas hostilidades.

⁹ no dia 27 de novembro de 1918, 114 *U-boats* chegaram ao porto de Harwich, na Inglaterra.

4. A paz humilhante de Versalhes

O Tratado de Versalhes foi um acordo de paz, assinado em 28 de junho de 1919, pelos países europeus, após o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nele, a Alemanha assumiu a responsabilidade pelo conflito mundial, comprometendo-se a cumprir uma série de exigências políticas, econômicas e militares. Estas exigências foram impostas à Alemanha pelas nações vencedoras da Primeira Guerra, principalmente Inglaterra e França.

O Tratado foi ratificado, em 10 de janeiro de 1920, pela recém criada Liga das Nações, hoje substituída pela Organização das Nações Unidas – ONU.

Em síntese, o tratado se divide em XV partes com um apêndice sobre pedido de extradição. Na parte I são estabelecidas as regras sobre a antiga Sociedade das Nações, a parte II estabelece sobre as fronteiras da Alemanha, na parte III estão as cláusulas das políticas europeias. A parte V trata das cláusulas militares, navais e aéreas, a parte VI trata dos prisioneiros de guerra e as sepulturas, a parte VII delimita as penalidades, a parte VIII as reparações, na parte IX estão as cláusulas financeiras, na parte X as cláusulas econômicas, a parte XI trata da navegação aérea, a parte XII dos portos, vias navegáveis e vias férreas, a parte XIII trata do trabalho, a parte XIV trata das garantias de execução do tratado e a parte XV dispões sobre as cláusulas diversas com dois anexos e um protocolo final sobre as partes contratantes do Tratado de Versalhes. Sendo esta, em linhas gerais, a configuração do tratado.

Dentre as principais exigências impostas à Alemanha do Tratado de Versalhes está o reconhecimento da independência da Áustria; a devolução dos territórios da Alsácia-Lorena à França; a devolução à Polônia das províncias de Posen e Prússia Ocidental; o controle pela Bélgica das cidades alemãs de Malmedy e Eupen; o controle pela Liga das Nações, por 15 anos, da província do Sarre; a devolução da região da Sonderjütândia à Dinamarca; o pagamento aos países vencedores, principalmente França e Inglaterra, de uma indenização pelos prejuízos causados durante a guerra, valor este estabelecido em 269 bilhões de marcos; a proibição do funcionamento da aeronáutica alemã (Luftwaffe); a redução do exército da Alemanha para, no máximo, cem mil soldados; a proibição da fabricação de

tanques e armamentos pesados e a redução da marinha alemã para 15 mil marinheiros, seis navios de guerra e seis cruzadores.

Segundo Paulo Borba Casella (2007, p. 47) o Tratado de Versalhes foi tão importante enquanto simbologia de triunfo da Primeira Guerra Mundial que ficou estampado na “galeria dos espelhos” do Palácio de Versalhes, na França, justamente no local onde os vencedores da guerra escolheram para ser o berço do nascimento do segundo Reich alemão, em 1871:

A simbologia de Versalhes não foi fruto do acaso: exatamente a lembrança, ainda viva, da humilhação sofrida pela França, derrotada na guerra de 1870, ver servir a ‘galeria dos espelhos’ do palácio de Versalhes, esse símbolo do orgulho nacional, herdado dos tempos grandiosos e megalomaniacos de Luis XIV, de modelo, nunca alcançado por tantas outras cortes europeias.

O autor ainda acrescenta, sinalizando a humilhação da nação alemã após a Primeira Guerra Mundial, quanto à escolha de Versalhes (2007, p.48):

...quando, no mesmo lugar, se faz a assinatura do tratado de paz de 1919, por meio do qual a Alemanha, derrotada na guerra, perdia consideráveis contingentes de população e não menos consideráveis extensões de território, era esta por sua vez humilhada, com pesadas compensações de guerra: “L’Allemagne paiera”.

As fortes imposições do Tratado de Versalhes à Alemanha fez nascer neste país um sentimento de revanchismo e revolta entre a população, conforme supramencionado. A indenização absurda enterrou de vez a economia alemã, já abalada pela guerra. As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas por forte crise moral e econômica no país (inflação, desemprego, desvalorização do marco). Este cenário se mostrou um terreno fértil para o surgimento e crescimento do nazismo que levaria a Alemanha para um outro conflito armado: a Segunda Guerra Mundial.

Não são raros os autores que consideram as cláusulas do Tratado de Paz severas demais à nação alemã. Paulo Borba Casella (2007, p.48) enfatiza que elas “foram talvez excessivamente onerosas e politicamente excessivas: pesaram sobre o orgulho nacional” e que, por isso, encontram nessas cláusulas uma das causas da Segunda Guerra Mundial (2007, p.48):

Em 1936, já em pleno terceiro Reich, Hitler denuncia o tratado de Versalhes – repudia esse tratado, que penalizaria a tal ponto a Alemanha, para ser um dos melhores argumentos para a apologia da política de força do Partido nacional socialista dos trabalhadores alemães: se não formos fortes, seremos tratados como escravos!

Em 1940, ao ser invadida a França, pelos nazistas, um dos cuidados das tropas foi encontrar e levar embora da França o original do tratado de Versalhes, que junto ao governo francês ficara depositado. Foi somente em 1945, depois da derrota da Alemanha na segunda guerra mundial que volta a vigorar o tratado de Versalhes

Dessa forma, é de suma importância trazer a este trabalho a contribuição de John Maynard Keynes que, em sua obra “As consequências econômicas da paz” faz uma análise do Tratado de Versalhes e de sua herança à Europa como um todo, não só à Alemanha (2002, pag. XIX).

Na sua análise do Tratado de Versalhes, Keynes considera separadamente as suas condições gerais e as reparações. Quanto ao tratado em geral, Keynes analisa uma longa lista de cláusulas que considerava indevidamente lesivas aos interesses alemães que vão desde o tratamento da propriedade privada de cidadãos alemães nas ex-colônias e na Alsácia-Lorena até a interferência na operação das ferrovias alemãs passando pelo volume de entregas de carvão à França, considerado inviável. Keynes questionou acertadamente as avaliações francesas sobre os danos provocados pela guerra que eram cerca de seis vezes maiores do que o razoável. Utilizando material de seus memorandos quando ainda funcionário do Tesouro, estimava grosso modo que os danos causados pelos alemães montavam a 2 bilhões. A inclusão das pensões elevaria conta em 5 bilhões. Neste caso, a Alemanha teria que pagar 480-780 milhões ao ano, algo incompatível com a sua capacidade de pagamento, por ele estimada em 100 milhões ao ano.

O que o autor avalia em sua obra, em outras palavras é que a reparação devida pela Alemanha de acordo com o Tratado de Versalhes, que selava a “paz”, era inviável e levaria a Alemanha ao declínio total, à sua própria miséria, uma vez que o país, vencido na guerra, não teria condições de se reerguer estando obrigado pelas cláusulas duras e excessivas daquele tratado.

Para Keynes que participou das tratativas de Versalhes, Paris era um ambiente de morbidez e vingança e a “paz” foi selada no seguinte contexto (2002, p. 03):

Paris foi um pesadelo, e todos estavam envolvidos por uma atmosfera de morbidez. Um sentido de catástrofe iminente assombrava o frívolo cenário: a futilidade e mesquinha do homem diante dos grandes eventos que o confrontavam; o significado ambíguo e o irrealismo das decisões; a ligeireza, a cegueira, a insolência, os gritos confusos de ira - havia ali todos os elementos da tragédia antiga.

Frise-se que a paz, no contexto aqui apresentado, merece o uso das aspas uma vez que não se referiu à ausência de guerra, conforme compreensão usual dos tratados, mas, ao contrário, figurou como o induzimento à novas e talvez piores hostilidade, ao despertar a ira e o revanchismo¹⁰, materializados no triunfo dos países vencedores sobre a humilhação da Alemanha vencida.

É o que se depreende das palavras de J.M. Keynes ao dispor sobre a Conferência de paz em si (2002, p. 37):

As preocupações da Conferência, boas e más, se relacionavam com fronteiras e nacionalidades, com o equilíbrio de poder, expansão imperialista, o futuro enfraquecimento de um inimigo forte e perigoso, com a vingança e a transferência pelos vitoriosos de uma carga financeira insuportável para os ombros dos vencidos.

Keynes e sua obra se apresentam de relevância inigualável quando o assunto é a análise dos termos de paz em Versalhes, já que seu estudo se remeteu não só à perspectiva alemã, mas aos reflexos que a severidade do Tratado produziu aos demais países da Europa e, em última análise, até mesmo aos países vencedores, como a própria Inglaterra.

A Europa, como um todo, ficou numa situação difícil nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial e à conseqüente assinatura do Tratado. Segundo o autor, mais do que os reflexos da guerra, os reflexos da vingança eram sentidos tanto na população rural quanto na urbana (2002, p.162):

Qual é assim o quadro que temos da Europa? Uma população rural capaz de sobreviver com os frutos da produção agrícola, mas sem o excedente enviado habitualmente às cidades, e também sem o incentivo costumeiro de trocar alimentos por produtos manufaturados (devido à falta de matérias primas importadas, que reduz o estoque e a variedade desses produtos); e uma população urbana que não se pode manter devido à falta de alimentos, incapaz de ter uma renda

¹⁰ Como, de fato, mais tarde se pôde constatar na Segunda Guerra Mundial.

com a falta de matérias primas essenciais para a produção, e de suprir com produtos importados os que já não podem ser produzidos localmente.

Observa-se que uma situação de humilhação e vingança excessiva a um determinado inimigo pode se tornar insustentável quando este inimigo se trata de um país que poderia, e/ou deveria, figurar como aliado político. Isso porque os reflexos de sua insustentabilidade financeira eclodem para além das fronteiras do próprio país e se propagam numa atmosfera que pode pôr abaixo toda a estrutura, em larga escala, de comunidades, países ou nações vizinhas. A cooperação internacional, uma das premissas do direito internacional público, é deixada de lado e o resultado, como a ameaça de novas crises, nunca pode ser benéfico.

Nesse mesmo sentido, esclarece J. M. Keynes (2002, p. 193) que:

A existência de uma grande dívida de guerra representa em toda parte uma ameaça à estabilidade financeira. Não há um único país europeu em que o repúdio dessa dívida não se torne prontamente um tema político importante.

Ainda no que se refere à obra de Keynes, Marcelo de Paiva Abreu, autor de seu prefácio, estabelecendo um balanço entre as duas guerras mundiais conclui que (2002, p. XXVI):

As duas guerras mundiais podem ser vistas, na sua origem, como generalizações, através do domínio dos sistemas de alianças, de conflitos franco-alemães pela preeminência na Europa, agravados por disputas imperiais envolvendo interesses britânicos, norte-americanos, japoneses e russos ou soviéticos. Na conferência de Versalhes, em 1919, a nascente ameaça soviética não foi suficiente para conter de forma significativa os anseios nacionais da Alemanha e da França que continuaram referidas a projetos nacionais baseados em ilusões hegemônicas. Ironicamente, demandas de sacrifícios políticos muito mais exigentes do que em 1919 foram atendidas em face das realidades do mundo bipolar e da dependência militar da Europa em relação aos Estados Unidos. E, passados mais de oitenta anos ainda é verdade o que Keynes escreveu em 1919: "A Inglaterra (sic) ainda permanece fora da Europa".

Dessa forma, resta claro que o triunfo dos países vencedores da Primeira Guerra Mundial, baseados na vingança contida nas cláusulas do Tratado de

Versalhes, estabeleceu uma “paz” não muito duradoura, já que mais tarde com a chegada de Hitler à chancelaria alemã (meados de 1933) e a adesão ao Partido Nacional Socialista pelo povo alemão, demonstrou nitidamente que ainda havia um sentimento de revolta e um desejo de vingança, agora por parte dos alemães incentivados por seu líder, Adolf Hitler, contra o declínio econômico no qual se viam submersos, desde a assinatura do Tratado. Além disso, de nada adiantou em termos de cooperação política internacional o Tratado, uma vez que estimulou também a segregação entre eles, prova disso o fato de muitos países, como a própria Inglaterra, manter-se até a atualidade “desintegrados” da Europa.

Interessante também destacar, o que hoje se pode constatar como um presságio de uma Segunda Guerra Mundial, as declarações contidas na conclusão de J. M. Keynes à sua obra (2002, p.185):

Imagino que alguns críticos objetariam que esse arranjo poderia representar de certa forma um passo na direção do antigo sonho alemão da *Mitte-/Europa*. Está claro que se os outros países cometerem a tolice de permanecer de fora, deixando à Alemanha todos os seus benefícios, poderia haver alguma verdade nessa afirmativa. Mas um sistema econômico aberto a todos os países, sem privilegiar nenhum deles, estaria absolutamente a salvo das objeções feitas a um esquema de privilégios, confessadamente imperialista, que administre exclusões e discriminações. A atitude que tomarmos com relação a essas críticas deve ser determinada pela nossa reação moral e emocional ao futuro das relações internacionais e da paz mundial. Se adotarmos o ponto de vista de que durante pelo menos uma geração não será possível confiar à Alemanha nem mesmo um mínimo de prosperidade; que enquanto todos os nossos recentes aliados são anjos de luz, os nossos recentes inimigos - os alemães, austríacos, húngaros, etc.- são filhos do demônio; que ano após ano a Alemanha precisa ser mantida na pobreza, cercada de inimigos, seus filhos passando fome, então teremos que rejeitar todas as propostas feitas neste capítulo, especialmente aquelas que visam ajudar os alemães a reaver uma parte da sua antiga prosperidade material e a encontrar um meio de vida para a população industrial das suas cidades.

O que se depreende da citação acima é que o autor na verdade propõe como solução para as vicissitudes do Tratado de Versalhes, a não austeridade contra os alemães pelo emprego de *“nossa reação moral e emocional ao futuro das relações internacionais e da paz mundial”* (2002, p. 185), não se “demonizando” os alemães, mas ao contrário, dando-lhes a oportunidade de se recuperarem economicamente e

até mesmo psiquicamente de toda a humilhação, pós-armistício, que corroborou em seu declínio econômico.

Contudo, o presságio supramencionado de uma Segunda Guerra Mundial anunciado pelo autor se torna ainda mais evidente no trecho a seguir (2002, p. 205):

O destino próximo da Europa não está mais em nossas mãos. Os eventos do próximo ano não dependerão das deliberações dos estadistas, mas das correntes ocultas que fluem continuamente sob a superfície da história política, e cujo resultado ninguém pode prever. Só de um modo podemos influir sobre essas correntes ocultas - pondo em movimento as forças da educação e da imaginação que conseguem mudar a *opinião* das pessoas. A afirmação da verdade, o desvelar das ilusões, a dissipação do ódio, a ampliação e a educação dos corações e das mentes dos homens - estes devem ser os meios utilizados.

Observamos que, de fato, o que sucedeu a Paz de Versalhes foi à ascensão de Hitler e do Partido Nacional Alemão que elevaram a autoestima da população até então humilhada, fazendo-lhes crer que faziam parte de uma raça superior – ideologias nazistas que serão analisadas a seguir – crenças estas que, dentre outros fatores já analisados neste trabalho, culminaram na Segunda Guerra Mundial.

5. Segunda Guerra Mundial: O Nazismo.

O marco temporal da Segunda Guerra Mundial foi o dia 1º de setembro de 1939, quando o primeiro soldado da *Wehrmacht*¹¹ atravessou a fronteira da Alemanha com a Polônia. É certo que até aí ninguém poderia imaginar todas as barbáries do abismo que estava por vir como principal característica daquela guerra que se iniciava.

No entanto, a primeira manifestação de guerra expressa de Hitler já havia aparecido em 1937, com o anúncio da adoção de uma política exterior mais ativa pelo Estado Alemão, conforme entendimento de Tullo Vigevani (1995, p.28):

[...] a aproximação, de parte de Hitler, a uma política de guerra surge pela primeira vez de forma expressa em novembro de 1937, quando o grupo dirigente, político e militar, é comunicado da decisão de passar a uma política exterior mais ativa.

Esta nova orientação na política exterior embora, inicialmente, não se traduzisse necessariamente numa afirmação de política de guerra, muito explica, até os dias atuais, estruturação nazista, uma vez que uma política exterior mais dura implicava numa maior capacidade de intimidação dos nacionais alemães, algo extremamente necessário para o alcance dos objetivos traçados.

Tullo Vigevani acrescenta que (1995, p.28):

A Alemanha tinha uma política de comércio internacional fortemente protecionista. A combinação de forças político-sociais internas que lhe davam sustentação tendia a reproduzir de forma ampliada esta tendência. [...] Para a realização de uma política exterior ativa, surgia a necessidade de um grupo dirigente, político e militar, compacto e decidido a encaminhar as decisões. [...] Até então, o elemento que

¹¹ Wehrmacht: termo alemão que significa "Força de Defesa", e que pode ser entendido como meios/poder de resistência. Foi o nome do conjunto das forças armadas da Alemanha durante o Terceiro Reich entre 1935 e 1945 e englobava o Exército (*Heer*), Marinha de Guerra (*Kriegsmarine*), Força Aérea (*Luftwaffe*) e tropas das *Waffen-SS* (que apesar de não serem da *Wehrmacht*, eram frequentemente dispostas junto às suas tropas). Substituiu a anterior *Reichswehr*, criada em 1921 após a derrota alemã na I Guerra Mundial. Em 1955, as novas forças armadas alemãs foram reorganizadas sob o nome de *Bundeswehr*.

Durante os dez anos de sua existência, cerca de 18 milhões de combatentes serviram na *Wehrmacht*.¹ Aproximadamente 5,3 milhões morreram durante a II Guerra Mundial.

unificava os militares aos nazistas foi, de acordo com a tradição conservadora prussiana, a questão do rearmamento. Uma política agressiva e audaciosa, coerente com o receituário da raça superior do *Mein Kampf*, exigia unidade de comando e forte coesão. Isto levou à nazificação da *Wehrmacht*, à decapitação de sua cúpula, promovida de forma branda, em que uns poucos altos comandantes foram substituídos, ocasião em que Hitler assumiu pessoalmente o comando supremo.

O nazismo, conhecido oficialmente na Alemanha como nacional-socialismo (em alemão: *Nationalsozialismus*), foi a ideologia praticada pelo Partido Nazista da Alemanha, formulada por Adolf Hitler, e adotada, oficialmente, pelo governo da Alemanha entre 1933 e 1945, período em que a nação alemã ficou reconhecida como Alemanha Nazista ou Terceiro Reich.

Preliminarmente, ressalte-se que o Partido Nazista surgiu, de fato, em 1919 sob o comando de Adolf Hitler, austríaco que lutara no exército alemão na Primeira Guerra Mundial, em plena República de Weimar, após a derrota parcial dos socialdemocratas, considerados responsáveis pela fome que se alastrava na Alemanha e que, para manterem-se no poder, aliaram-se aos católicos e aos burgueses liberais.

Em apertada síntese, a República de Weimar enfrentou enormes dificuldades de 1919 até 1929, pois, apesar dos aspectos considerados inovadores em sede de direitos fundamentais decorrentes da Constituição daquele período - tais como as reformas trabalhistas que limitavam o tempo de trabalho a oito horas e de um conselho de patrões e empregados criado para orientar a política econômica do país - a miséria e a fome abatiam-se sobre a Alemanha como consequência da contínua desvalorização monetária, provocada pela necessidade de pagar as repartições de guerra aos aliados vencedores da Primeira Guerra Mundial, conforme já analisado em outros capítulos deste trabalho.

Contudo, vale destacar as palavras de A. J. P. Taylor sobre o assunto (1979, p. 81):

[...] Tudo isso não tinha importância para as dificuldades econômicas, mas o alemão médio não sabia compreendê-lo. Durante anos ouvira dizer que todas as suas dificuldades eram motivadas pelo Tratado de Versalhes, e como estava em dificuldades, acreditava no que ouvira. Além disso, a depressão afastava o mais forte aumento para abster-se de uma ação: a prosperidade: Os homens, quando bem de

vida, esquecem seus males; na adversidade, não têm outra coisa em que pensar.

Saliente-se que em 1923 quando, em meio a uma inflação galopante, a França invadiu o centro industrial da Alemanha, o governo alemão, para forçar sua retirada do país, incentivou a greve na região e passou a pagar parte dos salários, aumentando a inflação, fato este que levou ao desespero a população e que acabou por aumentar o número de adeptos do Partido Nazista.

Dessa forma, Hitler iniciou, então, uma primeira revolução em Munique, mas fracassou, e ficou preso por alguns meses. Ele difundia como ideologia o lema de que os alemães eram superiores em termos raciais e que o nazismo deveria conduzir o mundo.

Em 1925, Hindenburg foi eleito presidente da República de Weimar em substituição a Ebert, falecido. No entanto, a recuperação da Alemanha, em que pese a troca de presidente, era bem frágil, fragilidade essa que se agravou com a crise econômica mundial de 1929, cenário este que foi se amoldando perfeitamente à propagação do nazismo, uma vez que Adolf Hitler, utilizando-se do descontentamento dos alemães com o governo, aproveitou para obter mais adeptos.

Além disso, segundo Nicolau Sevcenko (2002, p. 196), a sociedade europeia havia sido historicamente construída culturalmente por uma espécie de ansiedade pela ordem, ou seja, “por uma resignação diante da sacralidade do estabelecido”. E, vejamos:

Neste sentido, era como se todos tivessem este gatilho regressivo pronto, bastava que alguém o detonasse e experiências primárias se tornavam em bases e fontes emocionais que atraíam as pessoas a uma adesão desesperada aos estados de ordem e às estruturas estabelecidas. Estes gatilhos poderiam ser o gatilho da pátria, do pai, da família, da raça, do rigor das distinções e hierarquias, da simbologia visual do poder ou da propaganda pura e simplesmente.

Na década de 1930, o nazismo não era um movimento monolítico, mas sim uma combinação de várias ideologias e filosofias centradas principalmente no nacionalismo, no anticomunismo e no tradicionalismo. Alguns grupos, como strasserismo, faziam inicialmente parte do movimento nazista. Uma de suas motivações foi a insatisfação com o Tratado de Versalhes, que era entendido como

uma conspiração judaica-comunista para humilhar a Alemanha no final da Primeira Guerra Mundial. Os males da Alemanha pós-guerra e suas críticas à República de Weimar foram indispensáveis para a formação da ideologia do nazismo.

O Partido Nazista chegou ao poder na Alemanha, de fato, em 1933, com a chegada de Hitler à chancelaria.

Para muitos historiadores o nazismo é frequentemente considerado como uma derivação do fascismo e é sob ele que gira o ponto central de discussão da Segunda Guerra Mundial. Vejamos o que menciona Nicolau Sevchenko sobre o assunto (1995, p. 196):

[...] a Segunda Guerra e a questão da colaboração passaram a ser vistas muito mais no contexto não de uma guerra entendida como uma guerra de invasão e de ocupação por uma força estrangeira, mas como propriamente uma guerra civil em que a população se dividia, cada uma apoiando um dos lados. A questão deixa de ser, portanto, a questão da Segunda Guerra, da invasão alemã, para ser a questão do fascismo em si, como tema do debate político.

O Partido Nazista realmente imitou o Partido Fascista¹², já que muito de seu modo de operação encontrava respaldo naquela doutrina totalitária, este partido, tal qual aquele, possuía tropas de choque e empregava métodos violentos contra socialistas, comunistas e judeus, além de perseguir sindicatos e jornais, dentre outros.

Quando Hitler chegou ao poder, em 1933, utilizou-se de suas tropas de choque para se livrar de adversários políticos, enviando pessoas de destaque da oposição para campos de concentração, centralizando todos os Estados alemães em suas ordens e impondo uma ditadura violenta na Alemanha que jamais seria esquecida pela história.

Os judeus perderam a cidadania e passaram a ser perseguidos, pois eram acusados de capitalistas que enfraqueciam a Alemanha, pregando a necessidade de manter a pureza da raça ariana, o partido nacional-socialista determinava que todos

¹² Fascismo é uma doutrina totalitária orbitando a extrema-direita desenvolvida por Benito Mussolini no Reino da Itália, a partir de 1919 e durante seu governo (1922–1943 e 1943–1945). A palavra "fascismo" deriva de *fascio*, nome de grupos políticos ou de militância que surgiram na Itália entre fins do século XIX e começo do século XX; mas também de *fasces*, que nos tempos do Império Romano era um símbolo dos magistrados: um machado cujo cabo era rodeado de varas, simbolizando o poder do Estado e a unidade do povo. Os fascistas italianos também ficaram conhecidos pela expressão "camisas negras", em virtude do uniforme que utilizavam.

eram obrigados a exercer a doutrina nazista, sendo que aqueles que não se incluíam nela eram, simplesmente, eliminados nos campos de concentração.

Importante esclarecer que nesse momento da chegada de Hitler ao poder, a Constituição que vigorava na Alemanha era uma Constituição que dotava de poderes absolutos o presidente da república, prevendo um mandato de sete anos, por meio de eleição mediante voto direto e universal, conferindo-lhe a função essencial de comandar o exército, indicar os ministros, dissolver o Reichstag¹³ e convocar novas eleições, se necessário, ou seja, o ambiente era perfeito para que Hitler pudesse aplicar a sua doutrina totalitária e desumana.

Segundo A.J.P Taylor (1979, p. 87):

Hitler foi nomeado chanceler pelo presidente Hindenburg, de forma rigorosamente constitucional e por motivos solidamente democráticos. Não importa o que possam dizer os especuladores engenhosos, liberais ou marxistas, Hitler não se tornou chanceler porque fosse ajudar os capitalistas alemães a destruir os sindicatos, não porque fosse dar aos alemães um grande exército, e ainda menos uma grande guerra. Foi nomeado porque ele e seus aliados nacionalistas podiam garantir a maioria no Reichstag, e com isso encerrar os quatro anos anômalos de governo por decretos presidenciais. Não se esperava que fizesse modificações revolucionárias nos assuntos internos ou externos. Pelo contrário, os políticos conservadores liderados por Papen, que os recomendaram a Hindenburg, reservaram para si os postos-chave e esperavam que Hitler fosse apenas um chefe nominal. Essa esperança foi ilusória. Hitler rompeu os laços artificiais que deviam prendê-lo e aos poucos tornou-se um ditador todo-poderoso.

Pois bem. Analisados os aspectos supramencionados, passemos a uma melhor compreensão da ideologia nazista, quem eram os perseguidos, de que forma eram praticados os crimes de genocídio e em que consistiam os campos de concentração.

O livro *Mein Kampf*, ou “Minha Luta”, escrito por Adolf Hitler possui a essência da ideologia nazista que apresenta como características o antiliberalismo, ou seja, a censura por parte do governo consistente na regulamentação da economia pelo Estado e na limitação da liberdade individual dentre outros; o militarismo, ou emprego do uso das forças de guerra que preparou a Alemanha para a Segunda

¹³ Reichstag: instituição ou o parlamento da Alemanha em diversos períodos de sua história, como a Confederação da Alemanha do Norte, o Império Alemão, a República de Weimar e o Terceiro Reich.

Guerra Mundial; o anticomunismo baseado numa forte perseguição aos adeptos as ideologias comunistas; o nacionalismo que vinculava o crescimento do país na autossuficiência do Estado, dispensando o capital estrangeiro e valorizando a propaganda patriótica e, por fim, o totalitarismo, marcado por um Estado de forte direita e o racismo que pregava a supremacia da raça ariana e perseguia as raças chamadas de inferiores: inicialmente negros, judeus, homossexuais, ciganos e todos os que não poderiam ser considerados de raça exclusivamente ariana. Saliente-se que os judeus também eram perseguidos devido ao exagerado nacionalismo econômico.

É certo que de todas as características da ideologia nazista foi o racismo a que mais ficou em evidência, visto que é nela que está estampado o fundamento utilizado pelos nazistas para cometer as mais sórdidas formas de barbárie humana, dentre elas os genocídios nos campos de concentração.

Foi com base no nazismo que grupos inteiros de judeus foram exterminados a ponto de não ser possível contabilizar com certeza quantos pagaram com a vida essa gratuita ideologia difundida durante a Segunda Guerra Mundial.

Sobre o assunto, imprescindível mencionar as palavras de Marc Ferro (1995, p. 137):

Fazer o balanço exato do extermínio dos judeus, nas câmaras de gás ou por outras formas, não é fácil, pois a contagem das deportações para os campos de morte se presta a desdobramentos múltiplos e meticulosos. [...] No total, as estimativas variam entre cinco e seis milhões de vítimas, sem contar as que não sobreviveram às provações.

De acordo com o autor (1995, p. 138), o genocídio era premeditado, pois desde 1922 Hitler já pregava a eliminação dos judeus. Vejamos:

Em 1922 Hitler já pregava a eliminação dos judeus: “Quando eu estiver no poder, mandarei erguer cadafalsos, um após o outro, por exemplo em Munique, na praça principal. Então os judeus serão enforcados um após o outro... outro grupo se seguirá... até que a Alemanha esteja livre dos judeus”. Assim, podemos pensar que, quando chegou o momento oportuno, ele pôs isto em prática.

O extermínio das pessoas ocorria nos campos de concentração, esses campos consistiam em centros de confinamento militar, instalados em área de terreno livre e cercada por telas de arame farpado ou algum outro tipo de barreira, cujo perímetro era, permanentemente, vigiado pelos soldados.

Nos campos de concentração as pessoas viviam em condições desumanas, trabalhando de forma escrava, alimentando-se de sobras que mal eram capazes de lhes garantir a subsistência e sofrendo torturas físicas e psicológicas pelos soldados alemães que serviam a seu líder Adolf Hitler.

Na verdade os campos de concentração eram verdadeiros campos de extermínio, já que neles eram praticados os genocídios nas câmaras de gás. Sob o nazismo, os campos de concentração foram usados como parte de uma estratégia de dominação de grupos étnicos e dissidentes políticos.

Variados grupos étnicos, não só judeus, mas também ciganos, polacos, sintis, yeniches, além de grupos políticos contrários ao partido nacional, como os anarquistas e comunistas e também homossexuais, deficientes físicos, bem como minorias religiosas, como os testemunhas de Jeová, por exemplo foram objeto desse tratamento desumano e do extermínio.

Estima-se que grande parte dos judeus desaparecidos durante a Segunda Guerra Mundial tenha perecido nos campos e, embora outros países tenham construído campos de concentração com a finalidade de isolar populações de determinadas etnias, não há nada comparável ao que foram os campos nazistas.

Sobre o extermínio dos judeus, especificamente, importantíssimas são as palavras de Marc Ferro sobre a justificativa utilizada pelos nazistas para o extermínio deste grupo (1995, p. 138):

A ausência de uma ordem explícita de Hitler ou de uma alusão a tal ordem por Goebbels e outros autorizou certos revisionistas a julgar que o genocídio foi apenas um produto das circunstâncias, já que, num primeiro momento, antes de exterminá-los, os nazistas queriam concentrar os judeus em algum lugar, hipótese na qual acreditaram muitas pessoas. A estes “intencionalistas” que tentam perceber as intenções dos dirigentes nazistas, se opõem os “funcionalistas”, que associam o genocídio à necessidade de executar os judeus, no fim de 1942 e começo de 1943. Esses últimos consideram que, como a campanha da Rússia fracassara, não havia território que se pudesse destinar os judeus no Leste, e era necessário se livrar deles, por meio de execuções sumárias efetuadas pelos grupos de ataque.

Nota-se da leitura deste trecho a extrema coisificação da vida, afinal, já que não havia espaço físico que comportasse aquela quantidade imensa de prisioneiros, considerados subjetivamente pelos nazistas como judeus, então a alternativa que se apresentava razoável era a sua eliminação ou extermínio, ceifando lhes a vida.

O autor ainda acrescenta que eram estipulados critérios de extermínio dos grupos de judeus, tendo sido realizada, inclusive, uma Conferência em 1942 para definir os procedimentos do genocídio. Vejamos (1995, p. 138):

Em primeiro lugar deviam cair os judeus soviéticos comunistas e os judeus não comunistas dos países Bálticos e da URSS. Em seguida a ideia de exterminar a todos foi ganhando terreno: a “internacional judaica” e a “internacional comunista” haviam se dado as mãos, e assim o nazismo teria “livrado o mundo dos judeus”, já que não conseguiu esmagar os anglo-saxônicos nem os russos. Liderada por Heydrich, a Conferência de Wannsee (janeiro de 1942) decidiu a concentração de todos os judeus europeus e os procedimentos para seu extermínio. A execução de todos os judeus da URSS já tinha sido decidida no verão de 1941. Assim, o genocídio teria sido perpetrado a partir de dois mecanismos: a Leste, a execução; no resto da Europa o extermínio por medidas “especiais”.

Desde 1933, quando os primeiros grandes campos de concentração foram construídos em Boyermoor e Dachau, cerca de oito milhões de pessoas¹⁴ perderam seus nomes, ganhando números, sendo escravizadas ou transformadas em cobaias para experimentos científicos. Muitas dessas pessoas morreram vitimadas por doenças, como tifo e cólera, antes mesmo de serem enviadas aos campos de extermínio para serem eliminadas, geralmente, em câmaras de gás.

De acordo com Demétrio Magnoli (2012, p. 303):

Os campos de concentração foram a base material do crime de genocídio. É um crime cometido contra a humanidade, porque é uma recusa frontal da diversidade e da pluralidade – características da condição humana na lição de Hannah Arendt. (expressão da gratuidade do mal).

¹⁴ Dado extraído do site de busca “Wikipedia”, disponível <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 12 mai 2013.

Sim. Este capítulo é concluído com a afirmação, e também o empréstimo da expressão supracitada, de que o nazismo tinha como ideologia a “gratuidade do mal”, gratuidade essa de um mal que serviu de aporte durante toda a Segunda Guerra Mundial, deixando uma “memória amarga” e inesquecível aos sobreviventes.

6. O Fim da Segunda Guerra Mundial

O fim da Segunda Guerra Mundial diferentemente do que ocorreu na Primeira Guerra não teve uma data de aniversário, já que não se deu num ato único, representado por um armistício, mas sim com uma série de atos e de capitulações das forças do Eixo, ou seja, de armistícios (no plural, e, não, no singular).

Com algumas ressalvas, considera-se o fim de novembro de 1942 como o início de uma reviravolta na Segunda Guerra Mundial e do conseqüente enfraquecimento do exército alemão.

Contudo, vejamos o que diz Marc Ferro (1995, p. 87) sobre o assunto:

Costuma-se dizer que foi a partir do fim de novembro de 1942 que se deu a virada da guerra. Muitos dirigentes civis e militares tiveram essa impressão, em especial Churchill, Roosevelt e Mussolini. Mas e os alemães? E as populações sob seu controle? Hoje, com maior perspectiva histórica, podemos nos perguntar se tudo já não estava decidido antes... Independentemente da consciência que as sociedades tinham de sua própria história. Apenas alguns profetas o sentiram, mas seria o resultado de uma análise – ou de um ato de fé?

De fato, após vários anos de vitória, é no fim do ano de 1942 que o exército alemão sofre um verdadeiro desastre em Stalingrado, ao mesmo tempo em que as tropas germano-italianas são derrotadas em El-Alamein, na África do Norte.

A ofensiva alemã da primavera visava à destruição da resistência russa e principalmente do petróleo do Cáucaso. Os alemães estavam convictos de que ao tomar Stalingrado e cortar o eixo do Volga esgotariam os russos na defesa, entretanto, o que de início foi um sucesso absoluto para os alemães se tornou, mais tarde, em fevereiro de 1943 um prestígio dos “vencedores de Stalingrado” que ofuscaram o “mito da invencibilidade alemã” entrando para a história, segundo Pierre Broué (1995, p. 386):

De início, o sucesso da ofensiva foi absoluto apesar do papel reduzido dos tanques, enquanto que o da infantaria havia sido acrescido, implicando em ataques frontais e grandes enfrentamentos de homens e material. Em setembro a *Vehrmatcht* estava na cidade que foi defendida rua por rua. Depois de uma contra-ofensiva no noroeste e no sul, o exército de Von Paulus capitulou no dia 3 de

fevereiro de 1943 com um saldo de 200 mil mortos e 91 mil prisioneiros. Além do aspecto material, foi sobretudo uma derrota moral, diplomática e política. O mito da invencibilidade alemã cede o lugar ao prestígio dos “*vencedores de Stalingrado*”.

Ainda sobre o assunto, analisemos outras considerações do mesmo autor (1995, p. 386):

Vejamos neste primeiro momento a vitória dos Aliados na Europa. A partir de 1942, surge uma nova relação de forças, que implica em uma mudança do caráter da guerra devido à intervenção das produções massivas de armas e à mudança da iniciativa, assim como do papel crescente da população civil, armada ou não. A guerra se torna “industrial” em todos os sentidos do termo: as operações militares nada mais são além de “investimento” das forças de destruição anteriormente acumuladas, paralelamente à destruição das do adversário. No tocante à propaganda, é preciso ressaltar os enormes esforços dos governos aliados na mobilização de sua “opinião pública” por trás do tema da cruzada pela “democracia”, como vemos na obra de D. Guérin, *Fascisme et Grand Capital*. Temas nacionalistas voltam à tona, difundindo e reforçando a ideia de uma “culpa coletiva do povo alemão”.

No final de 1942, os Aliados desembarcam no Marrocos e na Argélia e o Japão se deparou com sua primeira derrota grave na batalha de Guadalcanal. Dessa forma, o ano de 1943 se iniciou com a perspectiva de uma vitória dos Aliados, em que pese a sensação alemã de que Hitler ainda poderia contar com recursos insuspeitados, ou, melhor dizendo, que ainda houvessem “cartas na manga” do exército alemão.

A crença dos alemães de invencibilidade ainda era muito forte. Pouco se acreditava, na Europa como um todo, que a Alemanha perderia aquela guerra.

Contudo, alguns autores acreditam que já no início de 1942 ou mesmo no final de 1941 a grande reviravolta da guerra já havia começado. É o que nos demonstra a citação abaixo transcrita, de Marc Ferro (1995, p. 89). Vejamos:

Apenas alguns visionários perceberam que a grande virada da guerra se situara já no início de 1942, ou mesmo no fim de 1941, e não entre novembro de 42 e janeiro de 43. Um deles foi o general De Gaulle que, em dezembro de 1941, declarava a um interlocutor surpresa: “A guerra terminou, mais cedo até do que eu pensava”. Ele julga, na verdade, que a potência da América já garantia a derrota da

Alemanha e do Japão, aliada ao poderio da URSS, que continuava resistindo. Para ele, as perdas dramáticas dos EUA em Pearl Harbor e dos ingleses em Hong Kong e Cingapura, depois seguidas por outras, são apenas acidentes de percurso. E pelo menos, tiveram a vantagem de fazer os EUA entrarem na guerra mais cedo que o previsto, e com mais determinação do que em qualquer outra circunstância: há males que vêm para o bem.

Notamos de apontamentos dos historiadores que em apenas três meses, de dezembro de 1941 a fevereiro de 1942, morreram mais de 300.000 (trezentos mil) soldados e 600.000 (seiscentos mil) ficaram feridos ou tiveram seus membros congelados, em virtude do inverno, tendo a Alemanha sofrido uma redução de cerca de 20% (vinte por cento) de seu efetivo, dados que, segundo Marc Ferro (1995, p. 89) *“estavam nas mãos dos dirigentes nazistas na ocasião, mas eles não quiseram publicá-los”*.

Ainda segundo o autor, Goebbels ao lançar uma campanha de doação de roupas de inverno, já anunciava sua preocupação com uma possível derrota dos alemães e a data era janeiro, mas não novembro, de 1942, fato este que começou a gerar dúvidas entre a população civil.

Nesse sentido, analisemos as considerações de Marc Ferro (1995, p. 89-93):

Ora, Goebbels, em 16 de janeiro de 1942, já tem o pressentimento de que os alemães podem perder a guerra. [...] Já inquieto por certos contratempus na grande ofensiva do outono de 1941, Goebbels propôs a Von Bock que providenciasse roupas de inverno para os soldados. [...] Goebbels assumiu então a responsabilidade de lançar uma grande campanha de coleta de roupas de inverno. Não consultou Goering mas, aparentemente, preveniu Hitler. Foi essa campanha que começou a lançar dúvidas na população civil quanto ao sucesso da campanha da Rússia [...] Porém a astúcia de Goebbels consegue transformar essa campanha numa grande vitória da solidariedade da retaguarda para os combatentes. O significado dessa campanha ficou bem claro. Pelo menos, foi claro para os soldados alemães no *front* russo que congelavam nas trincheiras e que receberam apenas uma pequena parte dessas remessas de roupas quentes, pois os *partisans* soviéticos dinamitavam as linhas férreas atrás das linhas de combate. [...]

Uma série de derrotas, iniciadas a partir dos relatos e causas acima descritos, levou a Alemanha à derrota.

O cenário que se vislumbra a partir daí, em apertada síntese, é o de que em julho de 1943 o sul da Itália havia sido invadido em dois pontos (Sicília e Salerno), ao passo que no pacífico as tropas americanas - vencedoras, até então, em duas batalhas aeronavais – chegam à costa do Japão e, em dezembro do mesmo ano, na Conferência do Teerã, se decidiu o desembarque na Normandia.

Em novembro de 1944 a França e a Bélgica já eram consideradas reconquistadas, em virtude da libertação das tropas alemãs de seus territórios, por meio de bombardeios massivos que se deram nessas regiões. Contudo, é em dezembro de 1944, após a breve, porém, violenta contraofensiva alemã na região das Ardenes, que a vitória aliada se tornou incontestável, pois Mussolini foi derrotado pelos *partisans*¹⁵ italianos, Hitler se suicidou em seu *bunker*¹⁶, Berlim capitulou e o general Keitel¹⁷ assinou a capitulação.

Frise-se que apenas o Japão restou intacto após esses fatos, mas a União Soviética entrou em guerra com o país no dia 07 de agosto, após o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, nos dias 06 e 09 de agosto, respectivamente, e o imperador Hiroito aceitou o ultimato de uma capitulação, que fora lançado em Potsdam, a qual, finalmente, foi assinada em 02 de setembro de 1945.

De acordo com Pierre Broué (1995, p. 388):

As duas bombas atômicas foram os fogos de artifício finais desta guerra atroz. Foram 200 mil vítimas prováveis em Hiroshima, 100 mil em Nagasaki, um saldo tragicamente aumentado pelo número de todos aqueles que sucumbiram à ação da bomba, 20 anos mais tarde. Não podemos deixar de lembrar que os dirigentes americanos, quando deram a ordem de lançar as bombas, estavam cientes que o Japão queria negociar sua rendição. As experiências atômicas desde então equivalem à explosão de cinco bombas de Hiroshima por dia.

De uma maneira bastante sucinta, este foi o fim da Segunda Guerra Mundial.

¹⁵ Um apoiante fervoroso e as vezes militante ou defensor de uma das partes, causa ou facção.

¹⁶ Esconderijo subterrâneo que contém tudo o que alguém precisa para sobreviver.

¹⁷ Wilhelm Bodewin Johann Gustav Keitel (22 de setembro de 1882, Helmscherode — 16 de outubro de 1946, Nuremberg) foi um Marechal de Campo do exército alemão (*Generalfeldmarschall*) durante a Segunda Guerra Mundial, chefe do comando supremo das Forças Armadas após 1938 e conselheiro militar de Adolf Hitler

7. “O que resta de Auschwitz”: a contribuição de Giorgio Agamben.

Em 1998, Giorgio Agamben publica na Itália a obra “Quel che resta di Auschwitz”, traduzida no Brasil em 2008 com o título “O que resta de Auschwitz”.

Na obra, o autor “narra o inarrável”, ou, em outras palavras, narra o que aconteceu e afirma, ao mesmo tempo, que o que aconteceu não faz parte do narrável, promovendo, assim, uma análise profunda da produção literária de sobreviventes do Holocausto.

Auschwitz foi um dos maiores campos de concentração do nazismo, onde milhares de povos considerados de “raça não pura” ficaram aprisionados, submetidos à formas desumanas de trabalho, servindo como cobaias de experimentos científicos e tendo, mais tarde, suas vidas ceifadas em câmaras de gás.

Segundo Jeanne Marie Gagnebin, na apresentação da versão em português de “O que resta de Auschwitz”:

O nome “Auschwitz” não é simplesmente o símbolo do horror e da crueldade inéditos que marcaram a História contemporânea com uma mancha indelével; “Auschwitz” também é a prova, por assim dizer, sempre viva de que o *nomos* (a lei, a norma) do espaço político contemporâneo – portanto, não só do espaço político específico do regime nazista – não é mais a bela (e idealizada) construção da cidade comum (*pólis*), mas sim o campo de concentração.

Nota-se que com a experiência dos campos de concentração ocorre uma completa ausência de normas, já que a “administração nazista” estabelecia uma “ordem” rígida e aleatória, na medida em que os presos eram entregues a um arbítrio contestável.

Prova disso, a demonstração histórica, por exemplo, que ao chegar nos campos de concentração, os presos eram separados entre os sãos e os doentes, sendo que os doentes eram diretamente levados às câmaras de gás, contudo, podia ocorrer também de os vagões repletos de presos abrirem portas para os dois lados, um deles levando para o trabalho e o outro para a morte, “escolha” que os presos sequer sabiam que estavam fazendo.

Não havia uma segurança nas regras que vigoravam dentro dos campos de concentração, embora o nazismo tenha todo sido fundamentado na Constituição da República Alemã, conforme já explicitado em capítulo anterior.

Por outro lado, a contribuição de Giorgio Agamben, a partir dos testemunhos de sobreviventes do holocausto, mostra o quão degradada e pior pode se tornar uma pessoa uma vez reduzida ao inumano e, dessa forma, é possível estabelecer uma analogia com a própria Segunda Guerra Mundial que, embora não se justifique, encontrou no revanchismo ao Tratado de Versalhes, uma de suas principais causas. E este é o ponto crucial da análise que interessa a este trabalho.

Os reflexos da experiência nos campos de concentração aos sobreviventes são dos mais desastrosos e irreparáveis que se possa imaginar, já que aqueles que resistiram ao holocausto passaram a viver à sombra das atrocidades experimentadas, de modo a sentirem-se “mortos, apesar da vida”, ou seja, o elemento vida apresenta-se mais como um pesar do que um benefício ou uma vitória, uma vez considerada a irreparabilidade psíquica de toda a barbárie sofrida na pele de cada um desses sobreviventes.

Segundo Giorgio Agamben (2013, p.21):

Uma das lições de Auschwitz consiste precisamente em que entender a mente de um homem comum é infinitamente mais difícil que compreender a mente de Spinoza ou de Dante (é também nesse sentido que deve ser entendida a afirmação de Hannah Arendt, tantas vezes mal-interpretada, sobre a “banalidade do mal”).

Em outras palavras, compreender o homem implica enxergar suas precariedades, compreender também que somos seres desiguais em desejos, atitudes, qualidades, defeitos e respostas¹⁸. Os reflexos de Auschwitz ou mesmo de todos os demais campos de concentração nos seus sobreviventes não podem ser traduzidos numa constatação de um indicador estatístico que nos leve a um simples número de vítimas, mas deve nos estimular a muito mais do que isso, ao próprio estudo da qualidade dessas vítimas: quem são elas?

¹⁸ As respostas oferecidas pelos seres humanos em situações de adversidades podem ser das mais variadas possíveis, não se pode exigir um padrão mínimo para elas se considerarmos as distinções inatas ao atributo de “ser” humano (compreender o ser humano implica compreender as diferenças existentes entre cada um), embora no ordenamento jurídico o princípio da proporcionalidade possa exigir, mas aí sob um ponto de vista legal, que essas respostas não sejam oferecidas em excesso.

A análise dos “efeitos da sobrevivência” é útil para entendermos, então, de que forma o “mal” sentido na pele de alguns, pode ser reduzido à banalidade para outros.

Em verdade a compreensão de que a vítima de um horror de tamanha intensidade como foi o holocausto pode ser uma pessoa fria, cruel, dura, rancorosa e até banal significa aceitar a precariedade do ser humano acima descrita e, mais do que isso, significa compreender que o mal torna pouco provável o bem.

Nesse sentido vale descrever um dos testemunhos de um sobrevivente de Auschwitz, reunido por Giorgio Agamben (2013, p.25):

[...] Naturalmente poderia suicidar-me lançando-me sobre a cerca elétrica, isso sempre podemos fazê-lo. Mas eu quero viver. Quem sabe aconteça um milagre e seremos libertados. E então irei me vingar, contarei a todo o mundo o que aconteceu aqui dentro.

Muitos dos sobreviventes do holocausto sentiam-se culpados por terem sobrevivido, mas poucos se sentiam culpados por terem testemunhado o que viveram nos campos de concentração. O testemunho para o Primo Levi, citado por Giorgio Agamben como um tipo perfeito de testemunha, era uma forma de contornar a zona cinzenta em que as vítimas se tornam carrascos e os carrascos se tornam vítimas, situação sobre a respeito da qual os sobreviventes, segundo ele, estavam de acordo (2013, p.27) *“Vítima e carrasco são igualmente ignóbeis; a lição dos campos é a fraternidade da abjeção”*.

Em outras palavras a lição aprendida por todos os prisioneiros nos campos de concentração era a de que nele todos eram igualmente indignos, infames, vis e baixos. O espírito de fraternidade que os envolvia era de uma fraternidade desumana, aliás, o atributo de ser humano não era uma característica da qual as pessoas ali inseridas tinham conhecimento.

O que esperar, diante de um contexto como este, do ser humano vítima de tamanha crueldade?

Da mesma forma que o revanchismo à situação humilhante em que a Alemanha se viu ao final da Primeira Guerra Mundial - e que levou Hitler à ascensão de seu partido e da ideologia nazista que culminou na Segunda Guerra Mundial - é que atitudes de vítimas de sistemas vis e hostis de degradação, indignidade e

barbárie também devem ser contempladas num contexto em que se compreenda a precariedade do próprio ser humano, enquanto seres que reproduzem aquilo que receberam do meio em que viveram.

Essa compreensão eleva a obra ora analisada a um grau de relevância significativo para a análise de fenômenos atuais de nossa sociedade conforme será demonstrado no capítulo a seguir.

8. Uma crítica à sociedade contemporânea

Vivemos num mundo onde a violência e a barbárie encontram-se em linha tênue com a banalidade. O ser humano dos tempos modernos não consegue se importar com aquilo que acontece ao seu próximo, pelo contrário, o egoísmo tem permeado as relações interpessoais de modo que só nos sensibiliza aquilo que se refere aos nossos interesses diretos, para todo o redor resta, quando muito, nossa lamentação.

Temos nos tornado plateia de uma violência cada vez mais cruel, de homicídios com requintes de crueldade e por motivos torpes, de uma tolerância cada vez menor com os interesses e desejos do outro, de um número cada vez maior de criminalidade, de modo que vivemos assustados, com medo até de deixar nossos lares para seguir com nossa comum rotina, com os afazeres diários. Saímos de casa com o receio de não mais voltar.

Vivemos numa sociedade em que a Carta Magna atribui ao Estado deveres básicos - e ao mesmo tempo direitos fundamentais - como o de proporcionar ao seu povo saúde, educação, moradia, lazer, esporte, segurança, dentre outros¹⁹, porém, deveres esses não cumpridos pelo Estado e dos quais pode-se valer, apenas, àqueles que têm condições de acessá-los por intermédio da iniciativa privada, sem qualquer participação do Estado, o responsável constitucional pela garantia desses direitos.

Ainda assim, alguns desses direitos e garantias constitucionais, numa sociedade como a atual, nem mesmo pela iniciativa privada podem ser alcançados, já que num estado de guerra civil como o que estamos vivendo tornam-se completamente ilusórios, um bom exemplo disso é a tão sonhada segurança.

Dessa forma, parcela significativa de uma população marcada pelo alto número de pessoas que beiram a linha da miséria resta excluída de bens essenciais e uma vida digna. Essas pessoas, geralmente, veem-se numa situação de exclusão tamanha que para participarem desse mundo inatingível, ou acessível apenas para alguns, não lhes resta outra alternativa senão o risco, o vício e a própria criminalidade.

¹⁹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

E o que desejamos para eles? O que nós, os egoístas acima descritos que só nos importamos com aquilo que nos é diretamente relacionado, desejamos a essas pessoas quando temos o nossa complexo valorativo, de bens ou pessoas, atingidos por um desses excluídos?

A resposta que se apresenta como a mais verdadeira, diante de todo o contexto exposto nesse trabalho, não parece ser outra senão a vingança.

Vingamos os nossos bens que foram atingidos, vingamos os nossos entes queridos que foram lesionados ou mortos, vingamos os nossos interesses diretos, de uma maneira geral, atingidos pela criminalidade e, frequentemente, vingamos com o clamor por punições severas por parte do Estado, cenário no qual a reclusão pelo máximo de tempo possível se apresenta como a punição mais adequada, já que não é possível num “Estado democrático de direitos” como o nosso a punição de morte para esses crimes.

Esse é nosso clamor egoísta que desconsidera, mais uma vez, o outro.

É certo que nem todo excluído é criminoso, cuidado este que o caro leitor deve adotar para não se ver tendente à falsas premissas generalizadoras, porém, a situação de revolta ou revanchismo ainda que inconsciente pelo desejo de pertencer também a uma sociedade, cujos bens que garantem uma vida digna são privilégios apenas de alguns, pode, sim, ser fator relevante para situações diversas de vulnerabilidade ainda maior.

E aí ganha força a analogia estabelecida nesse trabalho. Vimos que a guerra por diversos ângulos pode ser uma situação que antecede a paz, ou um mal necessário para a promoção e garantia de direitos decorrentes dela e nesse sentido, analisamos a Segunda Guerra Mundial e algumas de suas causas, dentre elas, a assinatura do Tratado de Paz de Versalhes que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, levando a Alemanha a situação de extrema revolta pela humilhação sofrida, quer pela falta de recursos econômicos, ou pela pobreza.

Observamos que o holocausto se apresenta na história como um horror que jamais deve ser repetido, a barbárie dos campos de concentração, a perseguição aos judeus, ciganos, negros, homossexuais, o desrespeito aos direitos humanos e toda a ideologia nazista restam claros como um terrível exemplo a não ser seguido.

Notamos nos testemunhos dos sobreviventes do holocausto vidas marcadas pelo vazio, pelo sentimento de culpa por ter sobrevivido, por sentimentos desdenhosos e vis, pela revolta de quem viveu na pele toda aquela barbárie.

E vemos hoje uma sociedade que, com atitudes análogas, repete as atrocidades cometidas pela Segunda Guerra Mundial.

O Estado exclui, assim como o nazismo o fez, pessoas pobres ao negar-lhes bens essenciais a uma vida digna e, ao deixar de lhes oferecer o acesso a esses bens, vai semeando um sentimento de revolta e revanchismo, que, por um outro lado, não é anulado pelo desejo de participação da sociedade e dos bens de consumo promovido com o auxílio da mídia.

Em outras palavras, falta educação, saúde, moradia, lazer, esporte, além de outros direitos e garantias constitucionais, mas não falta um aparelho de televisão na casa de cada um desses “excluídos” com propagandas de aparelhos eletrônicos de última geração, roupas e demais bens de consumo que suscitam o forte desejo pelo consumo em qualquer ser humano vítima de todo o artefato marqueteiro que impera por detrás dessas propagandas.

Até nisso, a sociedade atual se mostra análoga ao nazismo, basta nos lembrarmos das propagandas promovidas por Joseph Goebbels, o ministro de propaganda da Alemanha Nazista, as quais eram capazes de fazer com que a população alemã visse todas aquelas atrocidades com a maior naturalidade possível, desencadeando nela uma repulsa aos judeus e a todos aqueles que eram considerados raça não pura.

Voltando a nossa atenção para a sociedade atual, percebemos que ao requerer do Estado punições severas aos criminosos que, de alguma forma, nos atingiram, seja em nossa esfera direta, seja pelo temor generalizado de sairmos de nossas casas para nossa vida cotidiana, na verdade estamos, muitas vezes, tornando estes excluídos, mais uma vez, vítimas.

Isso porque, além de vítimas da negligência do Estado tornam-se vítimas do sistema carcerário que não recupera ninguém. E essa relação de exclusão versus vingança gera cada vez mais revolta e revanchismo o que, em outras palavras, gera ainda mais violência.

É preciso analisar quem é a pessoa do condenado ou, antes mesmo disso, quem é a pessoa do criminoso, qual é o ser humano que abriga ali, da mesma forma que Giorgio Agamben em sua obra “O que resta de Auschwitz” nos proporciona uma reflexão sobre a pessoa do sobrevivente. E, quem sabe a partir dessa análise, será possível uma real e justa aplicação do princípio da individualidade da pena, também utópico em nosso ordenamento jurídico.

Por fim, a precariedade do ser humano dos tempos atuais não mais nos permite cobrar do Estado que ele cumpra seu efetivo papel, mas nos cega a ponto de “enxergar, mas não ver”, e nesse ponto lembro-me da valiosa contribuição do escritor José Saramago²⁰, de modo que só o que nos importa é a nossa segurança individual, da mesma forma que a nossa saúde, a nossa educação e o nosso lazer, para o outro, o excluído, restam as câmaras de gás, ou o atual sistema carcerário e o que ele pode nos oferecer de melhor: um depósito para tirar de nossos arredores quem nunca teve nada, mas deseja tirar de nós aquilo que nos é precioso, ameaçando a nossa segurança.

²⁰ Saramago, José. Ensaio sobre a Cegueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

9. Considerações Finais

A análise da sociedade contemporânea, a partir da Segunda Guerra Mundial e da obra de Giorgio Agamben proposta neste trabalho sugere, mais do que uma simples análise, um convite para uma reflexão diferente sobre algumas questões sociais atuais.

O que se objetivou nessas breves linhas foi, em verdade, proporcionar ao caro leitor, uma reflexão acerca do próprio ser humano e de seus valores, uma reflexão acerca do reconhecimento das precariedades que nos circundam - tanto no que se refere à pessoa em situação de vulnerabilidade social, quanto à pessoa em situação de vulnerabilidade intelectual ou, o que não é menos grave, a pessoa em situação de vulnerabilidade espiritual (vulnerabilidade na sua essência, em suas crenças e valores) - e dos reflexos que essa vulnerabilidade pode trazer para uma sociedade, já que atinge diretamente a construção valorativa de um povo, invertendo conceitos básicos o das expressões justiça, igualdade e segurança e escondendo outros, tão delicados quanto, como a punição e a vingança por meio de ações e desejos que mascaram esses últimos em prol dos primeiros.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. O Reino e a Glória. São Paulo: Boitempo, 2012.

ARENDT, Hanna. A condição humana. 10.ed. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

_____. Eichmann em Jerusalém: Informe sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BALERA, Wagner. et al. Comentários à Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2ª ed. São Paulo: Conceito, 2011.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federal do Brasil. 1988.

Carta Encíclica *Pacem in terris*, do Beato Papa JOÃO XXIII, 1963.

CASELLA, Paulo Borba, Tratado de Versalhes na história do direito internacional, Quartier Latin, 2007.

COGGIOLA, Osvaldo. Segunda Guerra Mundial: Um balanço histórico. São Paulo: Xamã: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, 1995.

COMPARATO, Fábio Konder. Fundamento dos Direitos Humanos. A Noção Jurídica de Fundamento e sua Importância em Matéria de Direitos Humanos. Revista Consulex 48: 52-61, 2000.

CORTI, Ana Paula. Segunda Guerra Mundial: Conflito matou milhões de pessoas. Jul/2005. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/segunda->

[guerra-mundial-1-conflito-matou-milhoes-de-pessoas.htm](#)>. Acesso em: 11 mai. 2013.

DUTRA, Delamar José Delmar. Os fundamentos jurídicos e filosóficos da paz uma leitura de “A paz perpétua: um projeto filosófico” de Kant. In Revista de Estudos Universitários. V.33. n. 02. Sorocaba – SP: UNISO, 2007.

Enciclopédia eletrônica [on line]. História da Alemanha após 1945. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria da Alemanha ap%C3%B3s 1945](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_Alemanha_ap%C3%B3s_1945)>. Acesso em: 30 mai. 2013.

_____. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 09 mai. 2013 e 12 mai. 2013.

FERRO, Marc. História da Segunda Guerra Mundial. Século XX. São Paulo: Ática, 1995.

FOCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história das violências nas prisões*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KELSEN, Hans. A paz pelo direito, WMF Martins Fontes, 2011.

KEYNES, John Maynard. As Consequências Econômicas da Paz. São Paulo: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

LIMA, Alceu Amoroso. Os Direitos do Homem e o Homem sem Direitos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

LIMA, Carolina Alves de Souza. Artigo publicado na Revista Filosofia: Conhecimento Prático. Número 33. Dezembro de 2011. Escala Educacional. ISSN: 1984-1388. Editor: Daniel Rodrigues Aurélio. “A Consolidação dos Direitos Humanos: A Relação

Intrínseca entre Direitos Humanos, Dignidade e Cidadania no Mundo Contemporâneo”, P. 40-46.

MAGNOLI, Demétrio. História da Paz, Contexto, 2008.

_____. *História da Paz*, Contexto, 2012.

MARITAIN, J. Humanismo Integral. São Paulo: Dominus, 1962.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.

NINO, Carlos Santiago. Ética e Direitos Humanos. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2011.

R7 Notícias [on line]. História do Mundo. Idade Contemporânea: O Nazismo. Disponível em: <<http://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/nazismo.htm>>. Acesso em: 11 mai. 2013.

Revista Veja na História. Edição Especial. O fim: Armistício coloca fim à Grande Guerra – Aliados impõem implacável derrota militar e moral à exaurida Alemanha – Número de mortos nos quatro anos de combate chega a 10 milhões. nov./1918. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/primeira-grande-guerra-mundial/1918-novembro-guerra-acabou/fim-grande-guerra-armisticio-derrota-alemanha.shtml>>. Acesso em: 09 mai. 2013.

Saramago, José. Ensaio sobre a Cegueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Fernanda Duarte L. Lucas da. Fundamentando os Direitos Humanos: Um breve Inventário. In: TORRES, Ricardo Lobo (Org). Legitimação dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 99-137.

TAYLOR, A.J.P. A Segunda Guerra Mundial: Como as guerras começam. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TROTSKY, Leon. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

UNESCO, Imaginar a Paz. São Paulo: Paulus, 2006.

WERTH, Alexander. A Rússia na Guerra 1941-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.